



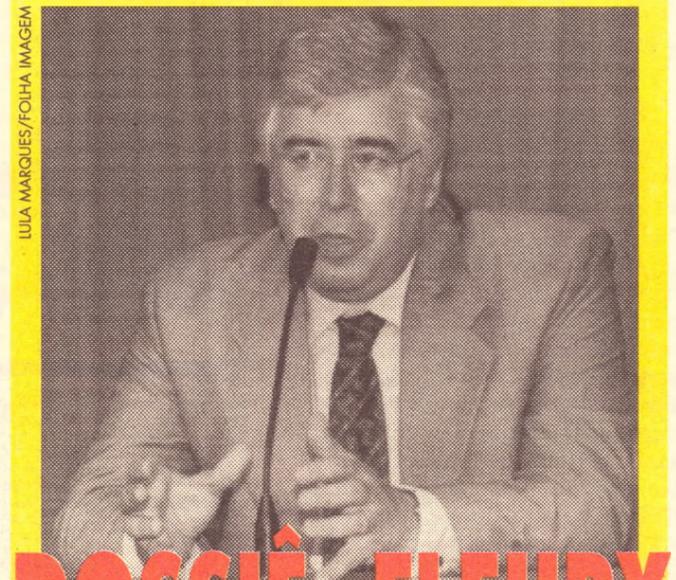
BRASIL AGORA



ANO II Nº 46 6 A 19 DE SETEMBRO A DE 1993 CR\$ 110,00

Antes mesmo que o povo se refizesse da chacina da Candelária, veio a dos Yanomami. E antes que a gente tomasse fôlego desta, pelo menos 24 pessoas eram assassinadas na favela de Vigário Geral, do Rio, crime que envolve a própria polícia.

Em 8 páginas, o descalabro e as bandalheiras do PMDB em São Paulo



DOSSIÊ FLEURY
PÁGINAS 5 A 12



PÁGINAS 14 E 15

A GUERRA DO BRASIL

SOLIDARIEDADE

Marlene Furtado da Silva, trabalhadora rural, poeta, membro da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais e da Executiva do Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT, está com grave problema no ouvido (otite média crônica), necessita ser submetida a uma cirurgia delicada e cara, e precisa da nossa solidariedade. Para colaborar com ela, pode-se depositar qualquer quantia na seguinte conta:

Marlene Furtado da Silva e/ou, conta 684209-5 - Ag. 0871 - Caixa Econômica Federal - Mineiros - GO. Informações sobre esta campanha no DNTR/CUT, rua do Comércio, 22-2º andar - Fone (011) 35.5131 - Fax (011) 35.3147, com Daniel ou Antônio Segura.

INJUSTIÇA

Depois de fazer assinatura do **Brasil Agora**, recebi o livro *Nenhum Homem é Estrangeiro*, de Joseph North. Folhei, pareceu-me interessante. Entretanto, não posso deixar de observar que o livro pára em Dachau e por isso o último acontecimento relatado aconteceu há cinquenta anos. Nesse tempo muita coisa mudou. Difundir somente essas idéias é uma injustiça com os que já sofreram pavorosamente nestas últimas cinco décadas. Me refiro aos palestinos, que são tratados não só como estrangeiros na sua própria terra, mas também são expulsos por não serem judeus. Todo homem ou mulher de Israel, se não for judeu, é um estrangeiro. Isso se aplica também aos judeus que se convertem a outras religiões.

Morei em Tel Aviv e sei o que estou falando. A justiça manda que juntamente com este livro seja enviado aos leitores do **Brasil Agora** uma publicação dos palestinos.

MARINA DO REGO TOLEDO
São Paulo, SP

FORA REQUIÃO I

Li a entrevista do governador Roberto Requião publicada no **Brasil Agora** nº 44. Como militante do PT (PR) me indignou que um pedaço do nosso partido tenha sido cedido para que este senhor enxovalhasse a consciência partidária com mentiras e demagogias. A fraude eleitoral houve e é inegável. O que o governador procura é se esconder atrás do biombo de que seu adversário político era um político do esquema Collor-PC.

O que é intolerável é que Requião use de nossa tribuna para reiterar a acusação de "assassinos policiais" aos companheiros sem-terra de Campo Bonito. É de conhecimento que os policiais mortos, por legítima defesa dos sem-terra, estavam em uma missão nada honrosa de jagunços do latifundiário.

ANÉSIO HOMEM
Curitiba, PR

CAMPANHA

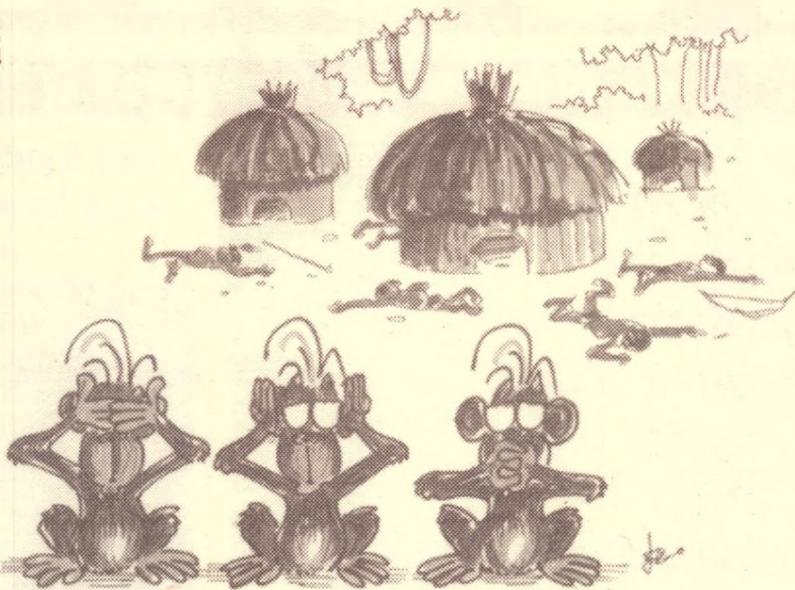
Considero o **Brasil Agora** uma grande publicação, principalmente por não ter sucumbido à "onda de modernização" que vivemos.

Quanto à situação de Cuba, gostaria de propor que pelo jornal os militantes escrevessem cartas a entidades de direitos humanos, como a



DIÁLOGO

JEAN



DIRETOR: JOÃO MACHADO. **EDITOR:** JOSÉ AMÉRICO DIAS. **EDITOR DE ARTE:** CACO BISOL. **REDAÇÃO:** ANTONIO MARTINS, FLÁVIO AGUIAR, HAMILTON CARDOSO, MOUZAR BENEDITO, VALTER POMAR. **SECRETÁRIA:** ADELIA CHAGAS. **SUCURSAL RIO GRANDE DO SUL:** LUCIANE FAGUNDES, JOSÉ LUIZ LIMA E MARCO ANTONIO SCHUSTER. **COPIDESQUE E REVISÃO:** CELSO CRUZ. **DIGITAÇÃO:** ELIZABETE D. DA SILVA. **EDITORAÇÃO ELETRÔNICA:** FABIANO CIAMBRA, JOTA E SÍLVIA ROMERO. **PRODUÇÃO GRÁFICA:** FABIANO CIAMBRA. **COLABORADORES:** ALIAN RODRIGUES, ALIPIO FREIRE, ALOÍSIO MORAIS, ANDRÉ SINGER, ANTONIO CARLOS FON, ANTONIO CARLOS DE QUEIROZ, CLOVIS CASTRO, BERNARDO KUONSKI, BRENO ALTMAN, CARLOS E. CARVALHO, CELSO HORTA, CÉLUS, CINTIA CAMPOS, CLÁUDIO SCHUSTER, DENISE NEUMANN, EDMUNSON DE SOUZA, ELIANA ALVES DE MORAES, EMER SADER, EUGÊNIO BUCCI, FERNANDA ESTIMA, FERNANDO PAVIA, FLAMARION MALIÉS, FLÁVIA DE SAMPAIO LEITE, FLÁVIO LOUREIRO, FLÁVIO PACHALSKI, GENARO URSO, HELIO SILVA, HUGO SCOTTE, IVAN SEIXAS, ISAAC AKCEBURD, JOÃO ANTONIO, JOSÉ ROCHA, JUAN PEZZUTTO, JUAREZ GUIMARÃES, JUSTINO PEREIRA, KIPPER, LINETE MARTINS, LUSCAR, MANOEL ALVAREZ, MÁRCIA BRAGA, MÁRCIA MOREIRA, MÁRCIO BUENO, MÁRCIO VENCIGUERA, MARCO AURELIO GARCIA, MARCOS SOARES, MARIA LUCIA BRANDÃO, MARIO AUGUSTO JAKOBSKIND, MARINGONI, MARISA MELIANDI, MARIZA DIAS COSTA, MIADARA, MILTON FOGO, NELSON RIOS, NILMARIO MIRANDA, NORMA SUELI O. REIS, NORA NAPOU, OIR, PATO, PATRICIA CORNUS, PAULO BARROSA, PAULO ROBERTO FERREIRA, PAULO ZIEBERMANN, PEDRO ORTIZ, PERSEU ABRAMO, RAUMUNDO

BRASIL AGORA

PEREIRA, ROGERIO SOTTU, RUI FALCÃO, SÉRGIO CANOYA, SÉRGIO SISTER, WALTER ONO, WIADIMIR POMAR. A OPINIÃO DOS ARTICULISTAS NÃO REFLETE NECESSARIAMENTE A LINHA EDITORIAL DO JORNAL. **BRASIL AGORA** É UMA PUBLICAÇÃO QUINZENAL DA EDITORA BRASIL AGORA LTDA. - ALAMEDA GLETE, 1049 - CEP 01215 - SÃO PAULO/SP. FONES: 222.6318/222.4326/220.7718. FAX: (011) 222.2865. **ADMINISTRAÇÃO:** Mª AÍCE DE P. SANTOS. **ASSISTENTE:** IVANILDA ALVES. **DEPARTAMENTO DE CIRCULAÇÃO (COORDENAÇÃO GERAL):** MARIA ODETE G. DE CARVALHO E JOSÉ LUIS NADAI, ANA MARIA ALVES (ASSINATURAS), GUILBERTO GENESTRA (DIGITAÇÃO). **GERENTE DE DESENVOLVIMENTO:** PAULO M. SOLDANO. **GERENTE DE MARKETING:** EDER DE ARAÚJO SANTOS. **ASSINATURAS:** RIO DE JANEIRO: ANA CLÁUDIA F. GONÇALVES (021) 242.0793. FORTALEZA: JOSÉ VITAL (085) 252.1992. PORTO ALGORE: MOISÉS BAIESTRO (051) 221.7733. BELÉM: JOSÉ MARIA R. DE SOUZA FILHO (091) 224.8579. BELO HORIZONTE: ANTONIO BORGES (CEBOLA) (031) 222.3735. FLORIANÓPOLIS: PAULO EDUARDO SOLDANO, ELIZABETH A. BERNARDO (0482) 23.5907. EXPEDIÇÃO: JOÃO A. GUEVARA. **SERVIÇOS GERAIS:** EUSIANDIA M. FERREIRA, FERNANDO S. SIQUEIRA, LUCIENE B. SILVA, MARCELO L. C. PONTES. **IMPRESSÃO:** DIÁRIO DE MOGI. **DISTRIBUIÇÃO:** DINAP S/A. **TIRAGEM DESTA EDIÇÃO:** 35.000 EXEMPLARES FORAM IMPRESSOS NO DIA 25 DE AGOSTO DE 1993. **JORNALISTA RESPONSÁVEL:** JOSÉ AMÉRICO DIAS

canis et circensis

Brasil Agora comemora dois anos de existência com grande festa...

Local:
Sindicato dos Arquitetos
Rua Mauá, 836, casa 14
Vila Inglesa
(pertinho da Estação da Luz)



Dia 24 de setembro
6ª feira, a partir
das 22 horas
O convite custa só
CR\$ 200,00

Anistia Internacional e America's Watch, cobrando que elas saiam de cima do muro. O jornal poderia publicar os endereços e o texto de carta ou um telegrama. Poderia ainda amadurecer um ato de peso, por exemplo em Washington, ou em frente ao Parlamento Europeu, contra o bloqueio.

Gostaria de sugerir uma outra campanha: "Petista, pare de assinar a Folha de S. Paulo. Não dê o seu

suaudo dinheiro aos nossos inimigos confessos". A única linguagem que aquele periódico entende é o cancelamento de assinatura.

LENINA MORAES
São Paulo, SP

FORA REQUIÃO II

A entrevista publicada no **Brasil Agora** nº 44 com o governador do Paraná, Roberto Requião é preocupante. Aliados e apoios devem ser

sempre buscados, mas devagar com o andor... Em nenhum momento o governador do Paraná é seriamente questionado, ao contrário, o jornal concede a ele ampla oportunidade para autolisonja e a costumeira demagogia (na questão Pau Brasil ele escapa como um sabonete). Faltou só chamá-lo de "companheiro Requião". Assim, não dá.

CAIO DE TOLEDO
Campinas, SP

CUT X CIOSL

Foi fundamental a divulgação, pelo **Brasil Agora**, da Resolução do Congresso da CIOSL/ORIT sobre Cuba. O conteúdo reacionário do documento é de estarrecer até o mais conservador dos social-democratas.

Apesar dos rodeios defensivos de Bargas, **Brasil Agora** nº 45, Menegueli etc. (Boletim INFORMACUT nº 222), continua sem a resposta a pergunta: O que a CUT está fazendo dentro da CIOSL que funciona como um autêntico "braço sindical" do imperialismo no mundo?!

AFONSO MAGALHÃES
Brasília, DF

MENTIRAS PUBLICADAS

Me causa indignação que enciclopédias e livros de pesquisa escolar passem mentiras biográficas para nossas crianças e adolescentes em livros que estão sendo vendidos este ano.

Mentiras: "O presidente Collor é dono de uma invejável carreira política"; "Eleito governador de Alagoas em 1986, começando então sua caçada aos marajás do funcionalismo".

O meu repúdio a estas editoras que insistem em ser coniventes com as falsidades que as elites querem impor ao povo, abastalhando mais e mais a nossa triste história e contribuindo para a ignorância política: Editora Didática Paulista Ltda e Nível Editora Ltda.

ROSÂNGELA DE FRANCO
Belo Horizonte

GOLPE

Uma elite minoritária sempre esteve à frente do governo, desde que o Brasil foi descoberto, e o resultado é esta crise que estamos sofrendo.

Em 1988 foi aprovada a Constituição. Apesar de não ser o nosso ideal, trouxe alguns pequenos avanços na área social. No plebiscito o povo optou pelo presidencialismo. Como não haveria necessidade de revisão constitucional. Esta pretendida revisão é uma tentativa de rasgar a Constituição e equivale a uma usurpação de poderes. É um golpe.

CRISTÓVÃO RIBEIRO DA FONSECA
São Paulo, SP

SOMOS NÓS

Tendo como tema central "A Constituição Também Somos Nós", portadores de deficiências, familiares e profissionais ocuparemos no próximo dia 21 de setembro as escadarias e proximidades da Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Somos sempre considerados "incapazes e inválidos", não temos garantia do direito mais elementar que é a vida. Quando necessitamos de hemodiálise não há o tratamento adequado nos hospitais públicos. O direito de ir e vir é amplamente cerceado pela inadequação das calçadas. Nossa educação está circunscrita a pouquíssimos estabelecimentos de ensino. Nosso acesso ao mercado de trabalho é dificultado, quando não impedido. Em tempos de recessão, por que garantir a saúde de pessoas tidas antecipadamente como inválidas? Nestes tempos só resta a todos os segmentos discriminados resistir e afirmar que nós somos o Brasil e garantir que A Constituição Também Somos Nós.

NÚCLEO DE PORTADORES DE DEFICIÊNCIA
Rio de Janeiro, RJ

A HISTÓRIA NÃO ACABOU, MAS O CARNEY SER BEM COTADO NAS PESQUISAS É O FIM!



ASSINE BRASIL AGORA

SE PREFERIR, ASSINE PELO TELEFONE:

LIGUE GRÁTIS
0800-11.1300

PREENCHA EM LETRA DE FORMA. Envie cheque nominal e cruzado à **EDITORA BRASIL AGORA LTDA.** Alameda Glete, 1049 - Sta. Cecília - CEP 01215 - São Paulo/SP Fones (011) 220.7718/222.6318/222.4326/223.0959

NOME _____

ENDEREÇO _____

CIDADE _____ UF _____ CEP _____

FONE _____

PROFISSÃO _____

CARTÃO CRÉDITO: _____ VALIDADE: _____

Nº _____

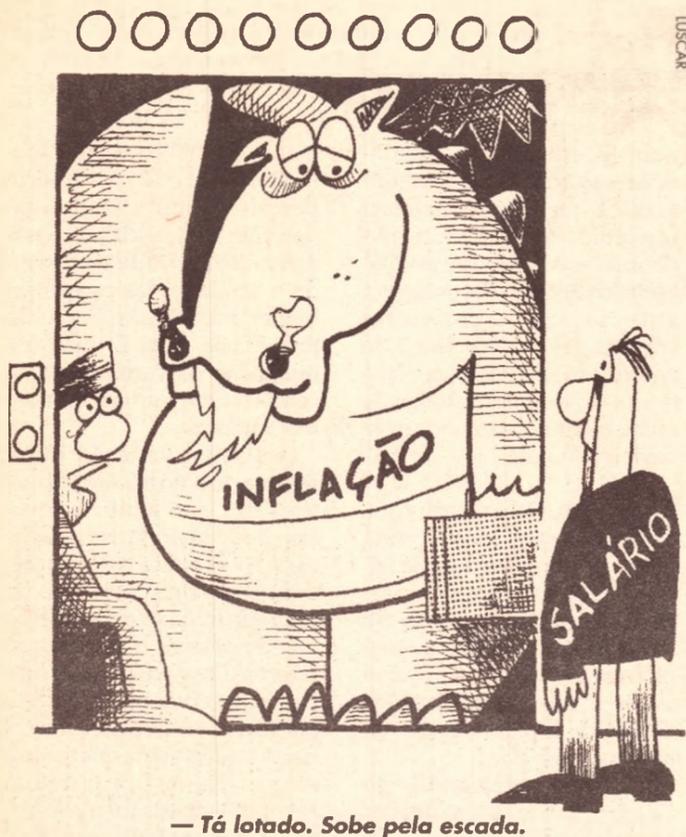
CARTÕES: VISA, CREDICARD E AMERICAN EXPRESS

Assinatura 12 edições CR\$ 1.200,00

Assinatura para o exterior (semestral US\$ 30,00)

Assinatura 25 edições (anual) CR\$ 2.300,00

Assinatura de apoio (anual) CR\$ 3.600,00



— Tá lotado. Sobe pela escada.

Brasil Agora, 2 anos, uma festa.

Brasil Agora comemora com uma festa em São Paulo o seu 2º aniversário, no dia 24 de setembro, a partir das 22 horas. Promovida em conjunto com o Diretório Regional do PT, a festa será realizada no Sindicato dos Arquitetos, na rua Mauá, 836, casa 14, pertinho da Estação da Luz. Contamos com a presença de todos os nossos amigos, leitores e colaboradores que estiverem em São Paulo neste dia. Para dançar, beber... E até conversar um pouco. Mas só um pouco. Pois festa é festa. Confraternização e alegria. Quanto mais leve, melhor.

Bem, já que festa não é lugar de muita prosa, editorial, ao contrário, foi inventado para isso. Prosa com o leitor. Vamos lá, então.

Em seus dois anos de existência, o **Brasil Agora** tem procurado levar até você, leitor, notícias, análises e interpretações dos fatos que vêm marcando o dia-a-dia do nosso país num dos períodos mais dramáticos de sua história. Nosso ponto de vista nunca foi neutro, como aliás nenhum jornal conseguiu - ou quis - sê-lo. Nos alinhavamos sempre no campo da esquerda e dos setores democráticos. Com o PT, Lula, CUT, personalidades democráticas, outros partidos de esquerda e movimentos independentes, como os Sem Terra. Nossas dificuldades materiais e limitações talvez nos tenham impedido de fazê-lo melhor.

Quando fazemos a retrospectiva dos 46 jornais editados, constatamos uma coisa: quase sempre escrevemos a crônica de uma crise. Dos últimos meses de governo Collor até Itamar Franco - da política econômica neoliberal à chacina de Vigário Geral. Mas, felizmente, falamos de uma crise diferente de todas as outras que o Brasil já viveu em sua história. Desta vez há sofrimento, mas há esperança; há tragédias, mas existem saídas. Nunca o povo brasileiro esteve tão organizado. Nunca os poderosos precisaram prestar tanta conta de seus desmandos. O Brasil tem a CUT, uma das maiores organizações tra-

balhistas do mundo, e que sempre se manteve no terreno da independência de classe. A sociedade civil, com a OAB, entidades de direitos humanos, ABI e tantas outras, nunca foi tão organizada e tão representativa. E os partidos de esquerda, o PT principalmente, também. Lula apresenta-se hoje como o grande favorito das eleições presidenciais, encarnando os sonhos de mudanças do povo brasileiro.

Enfrentando todas as dificuldades dos que não possuem o poder econômico, e procurando construir uma imprensa independente e de esquerda num país onde os meios de comunicação estão concentrados nas mãos de tão pouca gente, o **Brasil Agora** quer ser um elo desta corrente de esperança de um Brasil melhor.

Mas para isso ele precisa seu apoio. Hoje temos mais de 20 mil leitores em todo o Brasil. Nos últimos meses temos conseguido ampliar nossa circulação em banca e manter uma média de venda de assinaturas de aproximadamente 1.100 por mês, aí incluídos novos assinantes e renovações. Mas ainda assim continuamos enfrentando dificuldades para cobrir nossos custos de produção, o que ameaça a própria continuidade do jornal. Precisamos ampliar rapidamente o nosso número de leitores. Elevando para 1.500 assinaturas mensais em média, o jornal alcançará sua auto-suficiência financeira e criará as condições para tornar-se semanal até o final deste ano. Assim vai reunir as condições para, em 1994, acompanhar com mais agilidade os acontecimentos do ano eleitoral brasileiro e a candidatura popular de Lula. Precisamos que, você, leitor de **Brasil Agora**, apóie esta idéia. Divulgue nossa campanha, dê assinaturas de presente aos amigos. Escreva para o jornal passando nomes de pessoas de sua cidade e seu estado que queiram ser assinantes do **Brasil Agora**. Proponha a aquisição de blocos de assinaturas coletivas ao sindicato ou entidade a que você pertence. O **Brasil Agora** precisa de você.

O EDITOR

OPINIÃO

FRANCISCO CAMPOS *

Fome ameaça futuro

A fome atinge a maioria dos brasileiros, em decorrência do empobrecimento absoluto. É resultado de políticas econômicas, aliadas ao projeto neoliberal, que corta gastos nos recursos destinados às áreas sociais. As consequências são o crescimento dos bolsões de pobreza, que afetam principalmente as crianças. Apenas para se ter uma idéia da gravidade do problema, a fome é responsável pela morte de, em média, 420 crianças por dia.

Há, no Brasil, uma situação de total decadência do ser humano, sendo que a fome é a principal causa. Como bem ressalta o documento Política Nacional de Segurança Alimentar, do Governo Paralelo do PT, a fome diminui as reservas, baixa a resistência, retarda o desenvolvimento físico e intelectual e diminui a esperança de vida, mantendo lentamente? O que fazer para mudar esta realidade?

Sabemos que as elites não querem acabar com a miséria no Brasil. A fome é um terreno propício para se manterem no poder, mediante o uso do poder econômico nas eleições. Quem não se lembra da última eleição presidencial, quando as elites elegeram Fernando Collor, com votos das camadas despossuídas da sociedade?

O combate à fome historicamente tem sido feito com campanhas assistencialistas, com distribuição de alimentos etc., etc.. Na verdade os governos se utilizam dessas campanhas para se promoverem, enquanto a fome continua e até se agrava. Agora mesmo temos a campanha contra a fome patrocinada pelo governo Itamar, que conta com a participação de várias entidades como OAB, ABI, DH, CNBB e personalidades, em que a tônica da campanha são os sopões e a distribuição de alimentos. Iniciativas importantes que, contudo, escondem a falta de política do governo para o combate à fome. Aliás, o pouco que

Sem alterar a política fundiária e agrícola e sem distribuir alimentos não haverá cidadania ou democracia

tem sido feito até agora tem sido produto do trabalho das entidades da sociedade civil, e não do governo.

Ora, é correto que o Estado tome iniciativas no sentido de amenizar a fome, como foi anunciado pelo Itamar Franco quando da distribuição de cestas básicas na região Nordeste. Mas atos desta natureza não terão nenhuma eficácia caso não se combata a miséria pela raiz. O Estado tem que ter uma política séria para erradicar a fome, a começar por acabar com a desigualdade social materializada numa brutal distribuição de renda, agravada nos últimos anos. É ilustrativo o fato de, em 1990, o salário-mínimo corresponder a 22% do que valia em 1940. É evidente, portanto, que sem distribuição de renda, acompanhada de reformas estruturais profundas, qualquer combate à fome não passa de paliativo. O PT precisa participar dos comitês contra a fome, participando das campanhas de solidariedade, mas apresentando para a sociedade uma proposta alternativa que pode ser perfeitamente a Política de Segurança Alimentar do Governo Paralelo.

Elaprevê, não só medidas imediatas de combate a desnutrição como também iniciativas que alteram profundamente a política fundiária e agrícola e de distribuição de alimentos no Brasil. Deve-se deixar bem claro que, sem comida, não há cidadania e muito menos democracia.

* FRANCISCO CAMPOS é membro da Executiva Estadual SP, secretário de movimentos populares.

DISTRIBUIÇÃO DE ASSINANTES POR ESTADO (Evolução das vendas dos últimos 5 meses.)

UF	MARÇO	ABRIL	MAIO	JUNHO	JULHO	5 MESES	TOTAL
AC	001	000	000	000	0010	0011	0030
AL	001	023	000	001	004	0029	0030
AM	000	000	001	004	001	0006	0009
AP	000	000	000	001	000	0001	0001
BA	003	025	013	006	020	0067	0089
CE	033	004	029	003	041	0110	0533
DF	022	009	017	082	006	0136	0289
ES	020	019	012	020	028	0099	0181
EX	002	002	001	000	004	0009	0015
GO	027	000	001	011	000	0039	0133
MA	000	000	000	003	024	0027	0062
MG	167	120	103	145	149	0684	0832
MS	003	003	000	001	003	0010	0006
MT	004	000	000	000	003	0007	0015
PA	005	000	003	007	004	0019	0119
PB	011	005	028	014	009	0067	0072
PE	004	023	011	012	006	0056	0072
PI	001	002	010	017	021	0051	0055
PR	006	021	008	013	026	0074	0167
RJ	122	055	050	100	067	0394	1002
RN	042	028	024	002	010	0106	0113
RO	001	001	009	001	002	0014	0053
RR	000	000	000	001	000	0001	0002
RS	089	103	164	122	058	0536	0842
SC	038	046	088	040	035	0247	0258
SE	001	008	000	000	004	0013	0014
SP	410	491	506	461	560	2428	4075
TO	000	003	000	001	000	0004	0075
TOTAL	1022	0991	1078	1068	1085	5244	9125

CUT PREPARA O 5º CONGRESSO

A VIª Plenária Nacional da CUT iniciou a preparação do 5º Congresso-CONCUT e, segundo o vice-presidente Durval de Carvalho, a "construção de um consenso na análise da conjuntura". "Estamos re-entendendo a construir um ambiente coletivo", emendou Miguel Rosseto, da DS. A plenária realizou-se entre 24 e 28 de agosto, no Sindicato dos Bancários de São Paulo. Segundo Carvalho, a Central começou a revelar uma maior sintonia com a conjuntura atual, em que "o governo Itamar está se revelando cada vez mais comprometido com a direita e os setores conservadores".

Segundo o diretor executivo Denúbio de Castro Soa-

MARCO ANTONIO DE MORAES



Plenária aponta para maior democratização

res, a plenária apontou para a "unidade da CUT, para o enfrentamento da conjuntura e contra a revisão constitucional". E acrescentou: "Não apenas faremos oposição ao projeto neoliberal mas vamos elaborar projetos alternativos para a sociedade - uma questão fundamental no próximo período,

de confronto entre os projetos".

Para o enfrentamento da conjuntura, Jair Meneguelli não descartou, durante a entrevista coletiva, a possibilidade de a CUT convocar a greve geral para enfrentar o que Denúbio chama de "uma crise que se aproxima da barbárie, com genocídios de Ya-

nomami e meninos na Candelária". O ideal, para Meneguelli, é que a greve geral seja construída a partir do aumento da solidariedade entre as diferentes categorias. Por exemplo: a manifestação dos professores em luta pelos 100%, dia 2 de agosto, em São Paulo, previa a organização de alas ou blocos de outras categorias fazendo a mesma reivindicação.

CRITÉRIOS. Delúbio acha que o aspecto mais positivo da plenária foi a aprovação de critérios para o Congresso, marcado para 1 a 5 de junho de 94: "Eles apontam para uma aproximação das direções com as bases", disse, com a concordância de José Maria de Almeida, do PSTU.

É que os delegados do Congresso serão escolhidos em assembleias de base, com quórum mínimo de 50 sócios, na proporção de 1 para 1500 associados; os sindicatos com

menos de 750 associados poderão se unir e, na mesma proporção, definir seus delegados. Eles serão escolhidos nas assembleias estaduais, forjando a unidade das categorias menos numerosas. Segundo José Maria, esta é uma forte indicação da caminhada da central rumo a uma maior democratização.

Outra avaliação nesta mesma direção foi a de Miguel Rosseto, que lembrou que, apesar da maioria esmagadora de votos para a Articulação, o processo de preparação da plenária indicou a disposição das tendências à negociação interna. Prova disso foi a proposta de quotas para a participação de mulheres na direção, cuja votação, ainda que tumultuada, acabou aprovando a reivindicação de uma presença mínima de 30% de mulheres na direção.

HAMILTON CARDOSO

A CMTC E AS MENTIRAS MALUFISTAS

Em uma mistura de má fé e incompetência, a imprensa omite fatos e embaralha dados. O acordo tão celebrado no começo do ano entre empresários de ônibus e Maluf foi comemorado pelos jornais como um grande fato. Afinal, com o aditamento, a prefeitura pagaria menos aos empresários. O circo estava armado. Em março foi instaurada uma CPI na Câmara Municipal para apurar irregularidades na municipalização do transporte em São Paulo.

Teoricamente, o golpe tinha tudo para dar certo. Para o azar dos malufistas, a Fundação Getúlio Vargas comprovou que o repasse necessário por passageiro era 0,55 centavos de dólar e a prefeitura pagava em média 0,40. A CPI foi esvaziada.

Mas os malufistas não desistiram. O novo argumento passou a ser as "gorduras" nas planilhas da CMTC. Um relatório preliminar da CPI constatou um aumento de 18,76% nas despesas da empresa. "Propositalmente não foi contabilizado o acordo dos 30% a menos que a prefeitura pagou por chassis de ônibus", comentou o ex-secretário de Transportes, Lúcio Gregori.

Por conta deste pequeno

JOSÉ LUIZ DA CONCEIÇÃO/FOIHA IMAGEM



Catraca livre: o protesto contra Maluf

esquecimento, a "gordura" caiu pela metade - 9%. E de acordo com o relatório final esse restante só poderia ser reduzido se estivesse em vigor a lei de contrato coletivo

de trabalho, que permitiria a redução de despesas com pessoal. O relatório concluiu que não houve irregularidades. Ao contrário, admite vários benefícios da municipalização.

BANCÁRIOS CONTRA IPMF

O Sindicato dos Bancários de São Paulo tornou-se na semana passada a primeira grande entidade de trabalhadores a entrar na Justiça com ação contestando o IPMF. O imposto já havia sido rechaçado pelos partidos de esquerda, ao ser aprovado no Congresso Nacional, por seu caráter eminentemente regressivo: ao incidir com alíquotas idênticas sobre as movimentações financeiras de ricos e pobres, ele acaba constituindo-se num ônus particularmente injusto para os que ganham menos.

A tática adotada é entrar com mandados de segurança coletivos contestando a constitucionalidade do imposto em dois aspectos. O primeiro é da anterioridade. Segundo a Constituição, nenhum tributo pode ser cobrado no mesmo exercício em que é instituído, o que foi flagrantemente desrespeitado no caso do IPMF. Além disso, acreditam alguns juristas, o imposto fere o princípio que proíbe a incidência de dois tributos sobre o mesmo fato gerador. Boa parte das movimentações bancárias já é onerada pelo IOF - Imposto sobre Operações Financeiras.

Além dos bancários de São Paulo e Osasco, que se tiverem sucesso livrarão 140 mil funcionários do imposto, os metalúrgicos de Sorocaba os químicos do ABC já entraram com ações. O Sindicato dos Bancários de Jundiaí já livrou do pagamento do imposto 1.500 trabalhadores sindicalizados na categoria.

A.C.

E mais: A legalidade do aditamento está sendo questionada pela Câmara Municipal junto ao Ministério Público. Mas tudo isso não deve ser considerado notícia para a imprensa. Ela só divulgou dados do relatório preliminar, que "culpava a administração petista". A conclusão final, que desmente tudo, não deve ter a menor importância.

ADÉLIA CHAGAS

UMA ÓTIMA NOTÍCIA: O MALUF DESPENCA NAS PESQUISAS PRA PRESIDENTE. UMA PÉSSIMA NOTÍCIA: ELE VAI CONTINUAR PREFEITO DE SÃO PAULO!



LULA 94

Estamos entrando no clima das eleições de 94. Teremos a oportunidade de elegermos LULA PRESIDENTE DO BRASIL. Será preciso muita luta e participação de todos os militantes do PT. Para ajudar seu grupo a não ficar de fora o B-A,BA lança seus primeiros materiais de divulgação da Campanha LULA 94

B-A,BA AUDIOVISUAL
C. Postal. 011-145
Vitória ES
Cep. 29 001-970
Tel. 027-222 8479

	1-Broche Camisa Plástico Cartaz Boné		2-Broche Camisa Plástico Boné		3-Broche Plástico		4-Broche		5-Broche		6-Broche		7-Broche		8-Broche		9-Broche		10-Broche
--	--	--	--	--	----------------------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	----------	--	-----------

PAGAMENTO
*Cheque Nominal
B-A,BA AUDIOVISUAL

*Vale Postal

*Deposito Instantâneo
BRADESCO Vitória
Ag. 0485-5
Conta. 047 816-4
p/Anselmo L. Ventorim

válido até 30/09

Qtde	Material	N	CR\$ à Vista	Cheque 30 dias	total
	Broches sortidos		9,50	12,00	
	Pástico p/ carro	1	40,00	50,00	
	Pástico p/ carro	2	27,00	35,00	
	Pástico p/ carro	3	33,00	40,00	
	Boné	1	295,00	386,00	
	Boné	2	295,00	386,00	
	Camisa	1	335,00	515,00	
	Camisa	2	335,00	515,00	
	Cartaz	1	27,00	35,00	
			TOTAL		

Acima de CR\$ 10.000,00 Desconto de 15%

Nome _____
End. _____ Nº _____
Apt. _____ Bairro _____
Cidade _____ Est. _____
Cep. _____ Tel. _____
Contato _____

UMA GRANDE CHANCE

Em 1982, Maluf governava São Paulo. Seu candidato à sucessão estadual era Reynaldo de Barros. Contra ele concorriam Jânio Quadros, Rogê Ferreira, Luís Inácio Lula da Silva e Franco Montoro, então no PMDB.

Montoro foi escolhido candidato numa concorrida convenção, em que derrotara as pretensões do então senador Orestes Quércia, que acabou saindo candidato a vice. Montoro prometia participação, democracia, desenvolvimento. E uma devassa no governo Maluf, que não teve coragem de fazer. Maluf diz até hoje que Montoro lhe deu "um diploma de honestidade".

Quatro anos depois - após a campanha das Diretas e a eleição de Tancredo no colégio eleitoral - o PMDB lança Orestes Quércia candidato às eleições de 1986. Beneficiando-se da manipulação eleitoral do Plano Cruzado - verdadeiro estelionato eleitoral, onde não faltou a caça ao boi gordo -, Quércia derrotou o petista Suplicy, o insistente Paulo Maluf e o peso-pesado Antonio Ermírio de Moraes.

Foram mais quatro anos de governo peemedebista, em que Quércia se apoderou da máquina do estado, promovendo um festival de fisiologismo, corrupção, de favorecimento dos interesses privados. Isso não impediu que o governador - após destronar seu vice, Almino Afonso - fizesse o sucessor: seu até então obscuro secretário da Segurança, o tenente/promotor Luiz Antonio Fleury Filho.

A máquina venceu mais uma vez, derrotando (no pri-

meiro turno) Mário Covas, Plínio de Arruda Sampaio e Almino Afonso, que acabou saindo candidato pelo PDT. No segundo turno, disputado contra Paulo Maluf, Fleury venceu em parte porque conseguiu atrair o apoio de setores do eleitorado de esquerda. Para isso, o tenente/promotor não vacilou em apresentar-se como um continuador da luta democrática do velho MDB. A seu favor, apresentava o vice Aloysio Nunes Ferreira, ex-militante do Partido Comunista.

Depois do caso Banaser, do massacre do Carandiru, das importações de Israel, de tantos outros casos, Fleury já mostrou o que é: a continuação de seu antecessor e patrono (página 6). Mantendo controle férreo sobre a Assembléia Legislativa, o Tribunal de Contas e o Ministério Público (página 7), Fleury desperdiça o dinheiro do estado (página 8), realiza uma privatização tão ou mais danosa que a federal (página 9) e está direta ou indiretamente envolvido em inúmeros escândalos (páginas centrais). Enquanto isso, a Saúde está na UTI, o funcionalismo é maltratado e tem seus salários arrojados, a educação despenca e a política habitacional é utilizada como instrumento de cooptação eleitoral (páginas 10 e 11). Para piorar, Fleury incentiva uma política de segurança truculenta, cujas faces mais visíveis e trágicas estão no Carandiru e na Febem (página 12).

Nas próximas eleições, o povo brasileiro terá a chance de eleger um presidente socialista, rompendo com o secular controle das elites sobre o governo federal. E os paulistas poderão derrotar a hegemonia peemedebista no estado. Para que isso ocorra, entretanto, é preciso desmascarar o "governo invisível" de Fleury. O que Brasil Agora/SP busca fazer nas próximas páginas.





CRIADOR

CRIATURA

O MODO QUERCISTA DE FLEURY GOVERNAR

Vereador, prefeito de Campinas, senador, vice-governador e governador de São Paulo: sem dúvida, Orestes Quéricia é um homem público. Além disso, é proprietário de uma fortuna em imóveis, rádios, jornais e outros empreendimentos.

Quéricia credita seu sucesso empresarial e político aos préstimos do bom amigo Zé Português, que administra seus negócios. "Nada a ver com o PC", esclarece. Tudo a ver, dizem seus inimigos, para quem Quéricia desenvolveu uma enorme capacidade de tirar benefício privado das coisas públicas.

Privatização da coisa pública, corrupção, compadrio... Quéricia firmou um "modo quercista de governar". Depois de dominar a máquina do PMDB, através da Frente de Prefeitos, Quéricia dominou a máquina do estado, através do PMDB. Um controle bastante eficaz, que é complementado por uma rede de meios de comunicação.

Esta máquina foi tão eficiente que conseguiu transformar em governador um obscuro secretário de Segurança. Eleito Fleury - com o apoio de muita gente que sucumbiu à chantagem do antimafismo -, começou a torcida pelo seu rompimento com Quéricia. O rompimento de fato ocorreu, e junto com ele cresceu a tentativa de transformar Fleury em forte candidato à presidência. Isso seria uma alternativa de centro, honesta, respeitável.

Mas não tardou a decepção dos que acreditavam existir enormes diferenças entre criador e criatura: Fleury mostrou manter os mesmos vínculos com o grande empresário; demonstrou ser adepto do mesmo clientelismo e das mesmas práticas corruptas.

Mais que isso: Fleury sofisticou o modo quercista de governar. Aumentou a truculência policial. Instituiu a espionagem como método de governo. Estabeleceu a prática da terceirização dos serviços públicos. Conduz irresponsavelmente a gestão financeira do estado (em 1993, o endividamento chegou a 25% do orçamento estadual). Apesar do circo montado em torno do Fórum Paulista de Desenvolvimento, a indústria paulista continua decadente e reduzindo sua participação global na produção brasileira.

Nada é certo, ainda, sobre o futuro de Quéricia e Fleury. O primeiro está ensaiando um retorno à corrida presidencial. Fala-se também que ele poderia disputar o governo do estado, com apoio de Maluf. Caso Quéricia tenha sucesso, o "traidor Fleury" enfrentará muitas dificuldades. Entretanto, percamos as ilusões: Fleury pode existir sem Quéricia, mas sempre quercista.

O obscuro e obediente servidor de Quéricia saiu do casulo despejando chumbo quente e sonhando com vôos mais altos

O HOMEM DO RABECÃO

A LAGARTA (BUNDÃO) QUE VIROU BORBOLETA (METRALHA)

Um vidente anunciou a Jânio que um dia ele seria presidente. Uma mulher, segundo Collor, previu sua chegada à presidência quando ele era ainda criança. Fleury pode contar em sua biografia que uma professora primária sua, Olga Maouk Lopes da Silva, de São José do Rio Preto, previu que um dia ele seria governador do estado. Bom, pelo menos nisso ela nos poupou coisa pior: podia prever que ele seria presidente também, como pensa ter condições!



HISTÓRIA. Luiz Antonio Fleury Filho é o primogênito de um ex-negociante de café e laticínios de São José do Rio Preto (SP), adhemarista, que foi prefeito da cidade de Nova Aliança (SP). Quando criança, o atual governador foi mascote do América

de Rio Preto, mas seu esporte preferido não seria o futebol: aos 13 anos de idade, morando em Porto Feliz, começou a jogar basquete num time de uma fábrica de tecidos, esporte que continuaria praticando na Academia de Polícia.

Ele fez o curso de Formação de Oficiais da PM, concluído em 1968, e chegou a tenente desta polícia, onde ficou até 1973, quando foi ser assistente militar da Secretaria da Justiça de São Paulo. Ele tinha se formado em Direito pelas Faculdades Metropolitanas Unidas (FMU), de São Paulo, em 1972. Aí fez carreira no Ministério Público, como promotor, e enfrentou as primeiras eleições, ganhando, por duas vezes, a presidência da Associação Paulista do Ministério Público (1982/1986). Fleury foi também presidente da Confederação Nacional do Ministério Público (1985/1987).

Pois é, parece que os promotores gostam muito dele. E Fleury retribui: tem tantos promotores no seu gover-

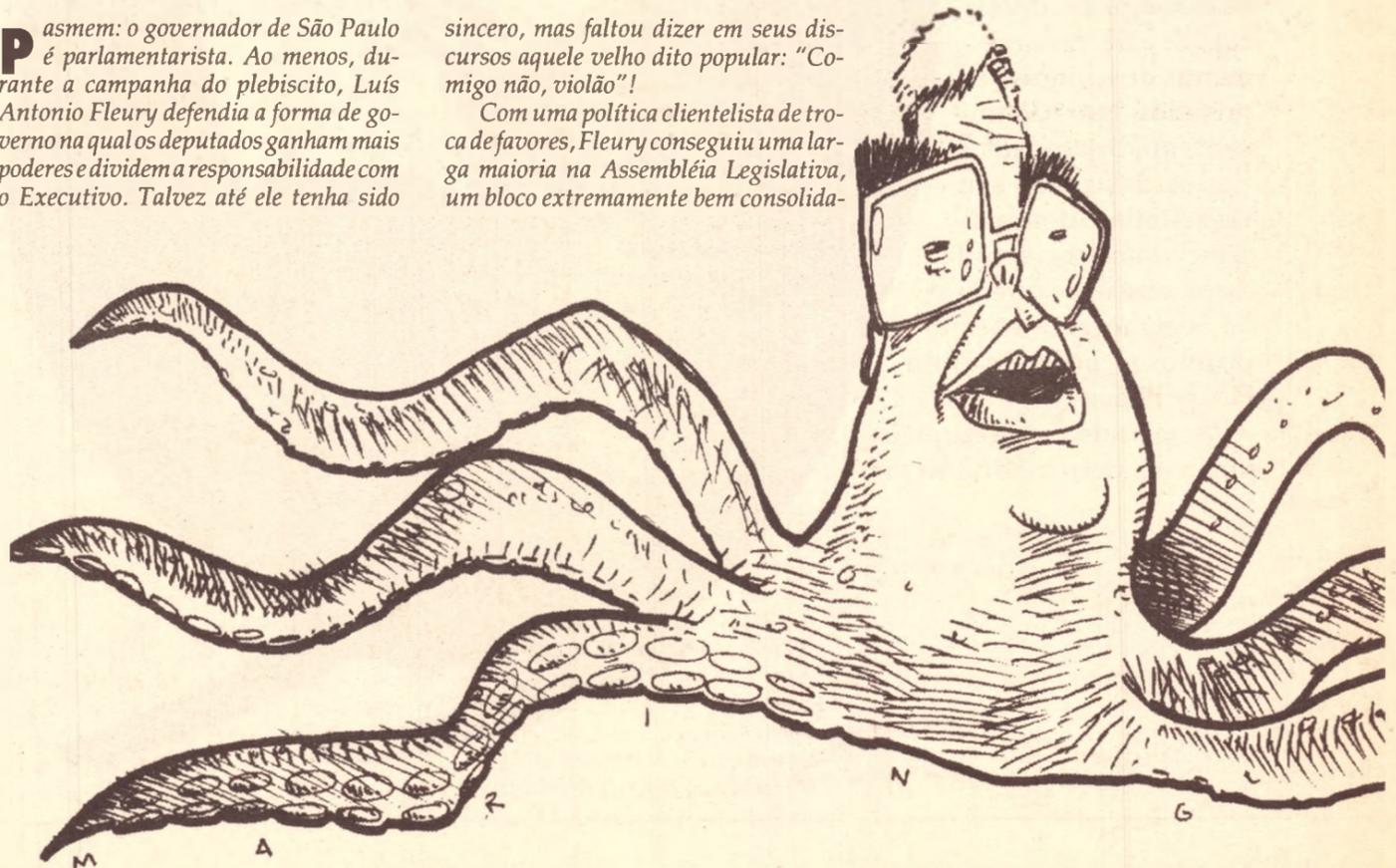
CERCO INSTITUCIONAL

VERSÃO PAULISTA DE LUÍS XIV

Pasmem: o governador de São Paulo é parlamentarista. Ao menos, durante a campanha do plebiscito, Luís Antonio Fleury defendia a forma de governo na qual os deputados ganham mais poderes e dividem a responsabilidade com o Executivo. Talvez até ele tenha sido

sincero, mas faltou dizer em seus discursos aquele velho dito popular: "Comigo não, violão!"

Com uma política clientelista de troca de favores, Fleury conseguiu uma larga maioria na Assembleia Legislativa, um bloco extremamente bem consolda-





Por trás da cara de bebê Johnson, um morto a cada 7 horas.

no que ele é chamado "República dos Promotores". Essa ligação lhe é muito lucrativa, pois no Ministério Público paulista, conforme dizem os que recorreram a ele, Fleury é intocável.

DO BOLSO DO COLETE. Esperava-se que o candidato a governador do PMDB em 1990 fosse Almino Affonso, o vice-governador de Quércio. Mas ele não agravada ao próprio Quércio. Tinha planos próprios, métodos diferentes e uma certa independência. Não garantia a sustentação do nome do então governador para a candidatura à presidência da República. Quércio precisava de um homem de sua confiança e, como dominava a máquina do PMDB, deu um chega-pra-lá em

Almino, que acabou candidato pelo PDT. Mas não havia nenhum nome expressivo do PMDB. O que fazer? Pegar um inexpressivo e torná-lo conhecido.

Cheio de manhas, Quércio conseguiu impor Fleury, secretário da Segurança de seu governo, com fama de ter reaparelhado a polícia e aumentado a sua eficiência (o que, no caso, não significa ter evitado maior número de crimes, mas de ter matado mais suspeitos). Ele tinha a seu favor a cara de bebê Johnson e um passado desconhecido, portanto inatacável. Se bem que os professores não pensavam isso: Fleury reprimiu com violência dos tempos da ditadura as manifestações que eles fizeram. Para contrapor, divulgaram um fato "positivo" do pas-

do, capaz de neutralizar qualquer esboço de reação dos opositores. Até mesmo um dos direitos fundamentais dos legisladores, o de pedir informações sobre os gastos do governo, está sendo cerceado. O primeiro projeto partiu de Nabi Abi Chedid (PSD). Ele queria ver cada pedido ser votado, como se fosse uma lei. A idéia era impraticável, mas foi aperfeiçoada pela presidência da casa.

Agora, toda carta com perguntas a

secretários ou presidentes de estatais, que seriam respondidas em trinta dias, devem passar pela mesa diretora, onde os requerimentos dormem. "Eles negociam os questionários como se o nosso mandato não permitisse fiscalizar os atos do governo", disse o deputado petista Rui Falcão. "Não é por acaso que a Assembléia não tem um sistema de computador online com as contas do governo, igual aos dos vereadores da capital."

PODER ESVAZIADO.

Se nem mesmo obter informações para fazer eventuais denúncias pode, os instrumentos mais efetivos foram esvaziados. A Comissão de Fiscalização e Controle, na qual o PT é representado pelos deputados Rui Falcão e Lucas Buzato, foi desmoralizada. "A situação negava quórum ou derrubava todas as convocações até a imprensa denunciar essa estratégia", contou Falcão. Assustados com a pressão, a bancada de Fleury chamou um lote de pessoas para depor e passou a boicotar as reuniões. Ou faltam os deputados, ou falta o interrogado, e nada acontece. "É crime de

No melhor estilo "o Estado sou eu", o governador usa o Legislativo e o Judiciário como marionetes.

responsabilidade um funcionário ou administrador de bens públicos não atender à convocação, mas nenhuma represália foi tomada contra os faltosos", informou Falcão. Dentre eles, o comprador da VASP, Wagner Canhedo, disse não se sentir obrigado a dar nenhuma explicação. Já o representante do governo na direção da companhia, Natanael Azevedo, nem se deu ao trabalho de justificar a falta.

Nesse clima, uma CPI é impensável. "Nós nunca conseguimos assinaturas suficientes", reclamou o líder do PT, Luís Carlos Silva. "O governo tem uma maioria muito tranquila." Exceto a CPI da Casa de Detenção, quando Fleury foi sur-

preendido pela repercussão nacional e internacional, nenhum outro caso importante (Baneser, importações de Israel, VASP) foi investigado. "E mesmo no caso da morte dos presos, o processo era viciado", acusou Silva. "O relatório tentou confirmar a declaração do ex-secretário de Segurança Pedro Franco de Campos, de que não houve um massacre, e sim excessos."



sado de Fleury: ele tinha sido o encarregado do inquérito do assassinato do líder operário Santo Dias, quando promotor. Não divulgaram, é claro, que ele só achou um culpado: um soldado.

Para completar sua fama de homem de segurança - um tema que o eleitorado paulista valoriza - lembrava-se que ele "resolveu" o caso do seqüestro de Abílio Diniz. Só que nesta "solução", às vésperas do segundo turno da eleição para presidente, forçaram seqüestradores a vestir camisas do PT e do candidato Lula, o que foi manipulado com muita competência a favor de Collor. Fleury disse não ter nada com isso, que não foi ele. Mas ele não era o secretário da Segurança?

BUNDÃO. Com apenas 1% de intenção de voto no começo da campanha, o candidato Fleury era duro de carregar, não fosse o tamanho da máquina eleitoral quercista. Segundo os jornalistas que cobriram a campanha, ele dizia coisas do tipo "isso eu não conto nem pendurado", quer dizer, sendo torturado no pau-de-arara. Um candidato-tenente falando isso... não é de se supor que conheça muito bem o hábito de pendurar gente no pau-de-arara?

Outra fama sua era de obediência cega a Quércio. Tanto que os adversários diziam que ele seria uma espécie de boneco de ventríloquo de Quércio. E os próprios assessores de sua campanha, por trás, o chamavam de Zé Bundão. Sua esposa Ika (apelido de Nair), ex-miss suéter de Campos do Jordão, dizia contra isso: "Meu marido tem personalidade e vai surpreender".

A máquina do PMDB funcionou. Superando Mário Covas (PSDB), Plínio Sampaio (PT) e Almino Affonso (PDT), Fleury chegou ao segundo turno, embora bem atrás de Paulo Maluf (28% contra 43,5%). Aí o candidato Fleury

tinha que atrair a esquerda. Passou a falar de forma mais confusa sobre a pena de morte, que ele sempre defendeu, e por vários motivos - o maior deles, o horror a Maluf - acabou conseguindo a grande maioria dos votos que foram de Covas, Plínio e Almino no segundo turno, superando Maluf. Concorreram nesse esforço os PCs e Almino Afonso, que apoiaram abertamente Fleury. O PSDB liberou o voto e o PT optou pelo voto nulo.

Depois de eleito e empossado, uma das primeiras ações do governador Fleury foi transferir a responsabilidade sobre os presídios paulistas, da Secretaria da Justiça para a da Segurança. E Dona Ika tinha razão quando dizia que seu marido iria surpreender. Surpreendeu até seu criador. Com o nome estampado na imprensa por uma série de denúncias de enriquecimento ilícito, Quércio não pôde contar com Fleury em sua defesa, e acabou deixando a direção do PMDB, com declarações que mostravam mágoa e a sugestão de que tinha sido traído, o que Fleury negou em seguida, mas não convenceu. A imagem foi a de que ele queria superar seu criador.

Não bastasse o desgoverno, o sucateamento do estado, o verdadeiro massacre dos funcionários tornados cada vez mais pobres, o desmantelamento da saúde, a piora da educação, Fleury faz coisas que fazem lembrar a imagem usada numa coluna da *Gazeta de Pinheiros*, que para alguns pareceu forçada na época (segundo turno das eleições de 1990), de que votar em Fleury equivalia a comer carne humana. Sua política de "segurança" só tem um sentido: a morte. Como disse Fernando Gabeira em matéria na revista *Interview*, "depois de sete dias de trabalho, Deus criou o homem. Fleury leva apenas sete horas para matá-lo".

CUMPLICIDADE. O controle do Executivo sobre o Legislativo ficou claro no episódio da nomeação do secretário particular do governador para uma vaga no Tribunal de Contas do Estado (TCE). O cargo deveria ter sido preenchido pelos deputados depois de uma bela briga de foice, afinal trata-se de um bom emprego vitalício. Fleury, porém, forçou a escolha de Fúlvio Julião Biasi.

Além do Legislativo, o Judiciário também está nas mãos do governador. Na opinião de Luís Carlos Silva, o controle do TCE é histórico. Fleury apenas aperfeiçoou o esquema. "Apesar de o tribunal denunciar irregularidades graves, eles acabam aprovando as contas", disse Silva. A novidade é a conquista total do Ministério Público, por causa das amizades construídas por Fleury na carreira de promotor e como secretário da Segurança. "Todas as nossas provocações nos tribunais são inúteis, os processos, como o do Baneser, estão parados", lamenta Silva.

Isto acontece porque se formou um círculo de amizades conhecido como "República dos Promotores". A exemplo da collarida "República de Alagoas", ela não é nem parlamentarista nem presidencialista. É absolutista, como as melhores monarquias de séculos atrás.



Para atender interesses privados, Fleury descuida da arrecadação e gasta mal o dinheiro.

FINANÇAS

VENHA A NÓS O DINHEIRO PÚBLICO

Quêrcia não teria ficado rico se administrasse o próprio bolso como fez com o estado de São Paulo. Fleury vai pelo mesmo caminho. Segundo a análise feita pela assessoria da liderança do PT na Assembléia, ambos agem feito predadores. Os técnicos compararam os resultados de 1992 com 1990, para demonstrar os efeitos da política demolidora que continua em prática. Vamos às contas, feitas com aqueles cruzeiros ainda não reais de 1992.

Para eleger seu afilhado, Orestes trabalhou no final do governo com um déficit no orçamento na ordem de 24% da receita. A mesma média de Luiz Antônio durante o ano passado. No governo Montoro, 70% do investimento estadual vinha de recursos próprios. Com Quêrcia, mesmo depois do aumento da base tributária dos estados pela Constituição de 1988, esta média caiu para 40%. E Fleury a reduziu para 33%. Resultado: dívidas. Quêrcia deixou para trás um rombo de Cr\$34 trilhões (65% das receitas próprias líquidas). Em 1992,

Fleury fechou devendo Cr\$ 71,5 trilhões (173% das receitas próprias líquidas). Como todo brasileiro que pede emprestado, o governo paulista rola esse vermelho em clima de juros e inflação estonteantes. Por isso, o item "amortização de dívidas" ocupa hoje 9,8% das despesas, enquanto a média histórica é de 5,4%.

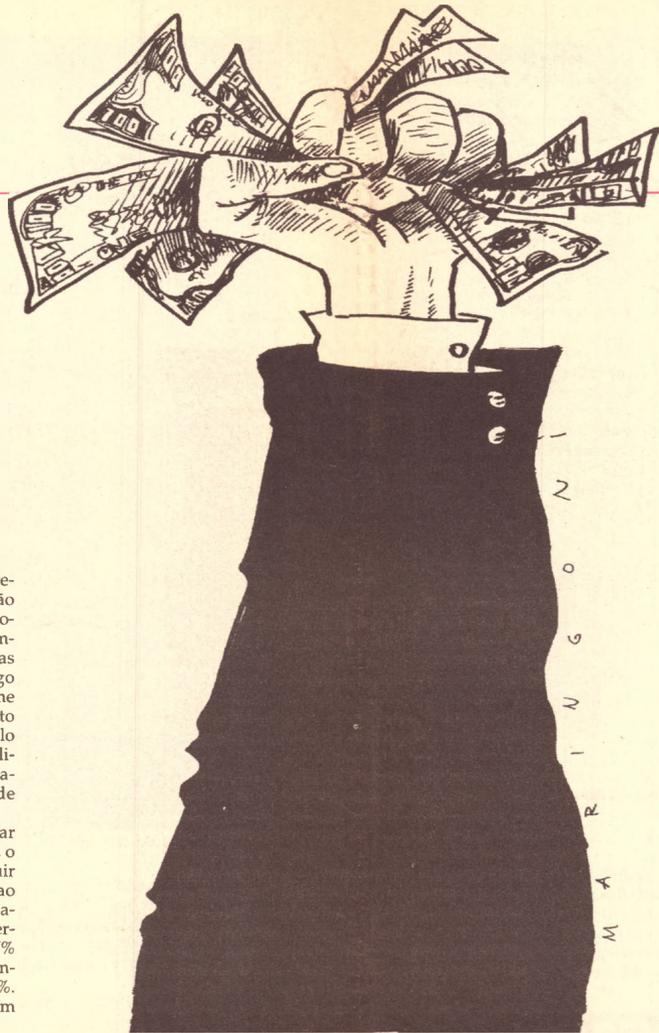
VISTAS GROSSAS. A razão de pedir emprestado ao invés de reduzir a sonegação de impostos da ordem de 40% é bastan-

te simples, na opinião do deputado estadual Rui Falcão (PT): "Seria atacar as bases eleitorais do PMDB". Assim, a fiscalização continua pouco informatizada, sem se conveniar com outros órgãos federais ou municipais e prejudicada pela redução de competência dos fiscais. "O perdão total das dívidas estimula os sonegadores", acusa o deputado.

Além de manter também uma questionável política de isenções - como a que protege

bares, restaurantes e empresas de software - o governo não acata as sugestões para melhorar a arrecadação. Por exemplo, o PT apresentou emendas para que o IPVA seja pago como uma conta de telefone ou uma multa. Isto é, direto nos bancos, sem passar pelo DETRAN. O novo sistema eliminaria a figura do despachante e a possibilidade de fraudes.

Ao invés de se preocupar com a entrada de dinheiro, o governador costuma atribuir todos os seus problemas ao crescimento da folha de pagamentos. Mentira, ela vem perdendo importância: era 41,7% das despesas de Franco Montoro e hoje representa 33,9%. E o montante dos gastos com



pessoal permanece em torno de Cr\$ 20 trilhões (valores médios de 1992, antes do corte dos zeros). Ao mesmo tempo, a administração direta vive uma febre de terceirização. Durante a administração Montoro, 4,8% das despesas era pagamento de prestadores de serviços. Mas a participação do locadores de mão-de-obra cresceu para 8,4% com Quêrcia, e 9,2% com Fleury.

PRIVATIZAÇÃO. Ao lado da terceirização, Fleury é um entusiasta de outro mito neoliberal, a privatização. Além da venda de empresas, como a VASP, o governo tem um programa de concessões com regalias fantásticas para a iniciativa privada. Quem quiser assumir uma obrigação do estado, como prolongar o sistema Anhangüera-Bandeirantes, terá várias regalias. Poderá desapropriar, multar usuários e ganhar dinheiro sem nenhum risco: o estado será avalista e repassador de empréstimos; e, caso a tarifa seja julgada insuficiente mais tarde, o empresário deverá ser ressarcido do prejuízo. Ao invés da Assembléia Legislativa, cheia de deputados mal e mal eleitos pelo povo, os



processos de concessões são controlados por uma entidade empresarial, o Fórum Paulista de Desenvolvimento. "Trata-se de uma Câmara dos Lordes, que considera prioridades projetos como um hotel 5 estrelas nos Jardins", disse Rui Falcão.

IRRESPONSÁVEL. "O tratamento do dinheiro público beira a irresponsabilidade", disse o líder do PT, Luís Carlos da Silva. Fleury mantém as mesmas prioridades de Quêrcia, ou pior, investe em termos percentuais apenas dois terços do que seu padrinho investia em saúde e educação. Em compensação, continua achando que governar é abrir estradas. Em média, Quêrcia destinava 21,40% dos investimentos e inversões financeiras para a infra-estrutura. Fleury destina 29,5%, com uma diferença: ele não está construindo nada de novo, nenhuma grande obra. Apenas está pagando pelas construções usadas em sua própria campanha eleitoral.

"Não estou dando conta de denunciar o Fleury mais." Quem desabaixa é o deputado estadual Luiz Azevedo (PT-SP). Também pudera: dos 84 deputados estaduais, 57 são fechados com Fleury. Votam simplesmente no que ele manda. Na linguagem usada na Assembléia Legislativa, "estão no bolso do Fleury". Os deputados do PSDB nem sempre são oposição e até o ex-petista Gilson Menezes, do PSB, está ficando cada vez mais próximo do PMDB e do governador. Sobram 13 deputados do PT e 2 do PCdoB para fazer oposição e tentar apurar a enxurrada de escândalos que têm origem no Palácio dos Bandeirantes e não são condenados nem na Assembléia Legislativa nem no Tribunal de Contas do Estado - TCE (em que 4 dos 7 conselheiros, inclusive o presidente, são aliados incondicionais do governador) e muito menos no Ministério Público, que foi o berço político de Fleury e tem muita gente em altos postos do seu governo.

Com tudo isso, Fleury consegue aparecer ao público em geral como um governador não-corrupto, diferente de Quêrcia, - seu criador. Mas quem consegue avaliar os dois governos chega, por ironia, a achar que Quêrcia, era melhor. Ele enviou o estado, tem muita suspensão, mas deixou obras, estradas. Fleury tem como principal diferença de Quêrcia não ter obras para mostrar. O resto... Bem, inspirado em seu governo, o deputado Luiz Azevedo está escrevendo um livro que já tem título: O Roteiro da Impunidade.

ISRAEL. Um escândalo que antecede a chegada de Fleury ao

cargo de governador é o das importações de Israel. Mas nem por isso ele estava fora: como secretário da Segurança Pública do governo Quêrcia, ele participou de contratos de importações de Israel sem licitação. Para se ter idéia do que há por trás dessa coisa aparentemente pouco grave basta lembrar que o ex-senador Severo Gomes, recém-nomeado secretário da Ciência e Tecnologia, pediu demissão em clima de "seu ficar aqui é porque sou desonesto". Recentemente o reitor da USP, Roberto Leal Lobo, outro envolvido no escândalo, pediu demissão também, para esquivar-se. Além disso, segundo o deputado Luiz Azevedo, os promotores encarregados de apurar as responsabilidades foram ameaçados de morte.

Através de oito contratos, que tiveram por base um "Protocolo de Colaboração" assinado por Quêrcia e o cônsul de Israel em São Paulo, por sinal seu padrinho de casamento, foram utilizados 310 milhões de dólares na importação de equipamentos por preço superfaturados. Depois de uma viagem a Israel, Fleury deu parecer a favor, pois parte dos equipamentos interessavam à sua secretaria (eram armamentos). Outro envolvido neste escândalo foi o secretário da Ciência e Tecnologia de Quêrcia, Luiz Gonzaga Belluzzo.

METRÔ. Fleury escolheu para a recém-criada Secretaria dos Transportes Metropolitanos o homem que foi presidente da Companhia do Metrô no governo Quêrcia, Antônio Sérgio Fernandes. Nesta época começaram a chegar ao gabinete do deputado Lucas Buzato denúncias de

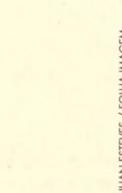
que Fernandes estava comprando muitas fazendas na divisa com o estado do Rio. "Fomos apurar", diz Buzato, "e descobrimos três fazendas compradas por ele". As três fazendas tinham 672 alqueires e valiam, na época, 500 milhões de cruzeiros (US\$ 1,6 milhão), um valor impossível de ser acumulado em quatro anos - o tempo que foi presidente do Metrô - por quem ganhou no seu último mês de trabalho Cr\$ 800 mil, pouco mais de três mil dólares. Continuando as investigações, assessores de Buzato e José Zico de Andrade descobriram outras propriedades recentes de Fernandes: um haras em Campinas (valor US\$ 2 milhões) e dois outros em Ataré (US\$ 800 mil).

Fernandes teve sua prisão decretada, acusado de ter acumulado um total de 4 milhões de dólares através de caixinhas das licitações do Metrô. Ficou foragido meses, até conseguir responder em liberdade um processo que não vai pra frente. Um pedido de CPI pelos deputados Buzato e Zico

conseguiu apenas 22 assinaturas. Precisivam de 28.

BANESER. Criada em 1973, a Baneser era uma empresa voltada para prestar serviços ao Banespa - Banco do Estado de São Paulo. O governo Quêrcia alterou um pouco isso, ampliando seu raio de ação. A Baneser passou a contratar mão-de-obra para qualquer órgão do governo que interessasse ao governador, inclusive as secretarias. O resultado é que o número de funcionários foi inchando, aumentando, chegando a 10.045 em maio/92, dos quais 4.161 contratados nos 15 meses de governo Fleury, sem concurso. Só 3.800 trabalhavam no Banespa.

É claro que muitos funcionários foram contratados realmente para trabalhar. Mas muitos apenas para ganhar, pois o próprio governo reconheceu a existência de



"Capitão Lílco"



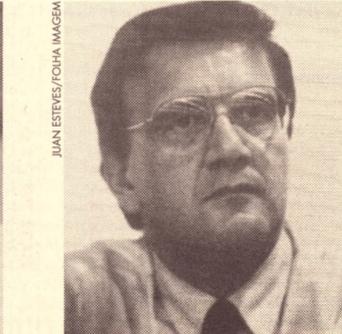
Antonio Sérgio Fernandes



Roberto Leal Lobo



Luis Gonzaga Belluzzo



CORRUPÇÃO

ESCÂNDALOS NO ATACADO E NO VAREJO

que Fernandes estava comprando muitas fazendas na divisa com o estado do Rio. "Fomos apurar", diz Buzato, "e descobrimos três fazendas compradas por ele".

200 funcionários fantasmas, embora os deputados Lucas Buzato e Rui Falcão calculassem em mais de 2 mil, entre eles muitos parentes de Fleury e de Quêrcia, todos com altos salários. Incluindo o irmão de Fleury, o "Capitão Lílco", Frederico Pinto Ferreira Coelho Neto, tido como eminência parda de Fleury. Lílco tem uma sala ao lado do gabinete do governador e exerce funções estranhas, sendo considerado por alguns o PC de Fleury.

Mas há também gente contratada para trabalhar mesmo, só que não em coisas de interesse do estado: são os "arapongas" de Fleury. Com altos salários, eles foram contratados para vasculhar a vida de gente da oposição, para o governador usar politicamente.

Entre as muitas contratações estranhas, havia até um "embaixador de Quêrcia em Santa Ca-

tarina", Ivo Vanderlinde. Outro era Ricardo Vasconcellos, cunhada de Fleury, que ainda dizia que "Fleury é honesto e não contrata parentes". Para amainar as críticas, o governo anunciou na época a demissão de 90 "fantasmas". Mas no mês seguinte, julho, já havia denúncias da contratação de mais 1.500 pessoas, o que contrariava a própria legislação eleitoral, que, por ser ano de eleição, impedia a contratação de funcionários públicos a partir de 1º de julho.

ALFREDINHO. Alfredo de Almeida Jr. ocupou cargos importantes no governo Quêrcia. Foi presidente da Eletropaulo e da CPFL (Companhia Paulista de Força e Luz). Fleury o escolheu para ser presidente da Sabesp. Mas eis que começam a vir à luz histórias pouco edificantes de Alfredinho. Por exemplo: o apartamento 81 do edi-

fício localizado na rua Batatais, 308, Jardim Paulista - área muito valorizada em São Paulo - foi comprado por ele, por NCZ\$ 90 mil (noventa mil cruzados novos). Só que o valor venal do imóvel, que geralmente é muito menor que o valor real, era de NCZ\$ 1.300.633,20. E um laudo pericial dava como valor real do imóvel NCZ\$ 5,2 milhões. Por que a empresa Schaim Cury Engenharia e Comércio Ltda. foi tão boazinha com ele? A resposta: vitórias em licitações, e depois uma reavaliação do valor dessa licitação, dando-lhe lucros bem maiores. Alfredinho comprou pelo menos 17 imóveis nessas condições. O jornal Hora do Povo, do MR-8, subsidiado por Quêrcia, ainda defendeu o corrupto, colocando a manchete "Competência de Alfredinho incomoda fariseus". Mas ele teve que pedir demissão, e os deputados Arlindo Chinaglia e Lucas

Buzato representaram contra ele, junto ao Ministério Público.

OUTROS. Calcule quanto gastam de água os motéis, postos de gasolina com lava-rápido e lavanderias. Pois é, muitos deles não estavam pagando praticamente nada de água. Eram pelo menos 60 empresas com consumo de mais de 100 mil litros por mês, com hidrômetros adulterados.

Agora pense nos problemas de dinheiro do estado, a dificuldade para arrecadar ICMS. Um grupo de empresas de alimentação alegava que a cobrança de ICMS delas era ilegal. Estavam sem pagar há vários anos. Fleury mandou para a Assembléia Legislativa um projeto de lei anistiando toda essa dívida e propondo uma redução de 70% do ICMS futuro dessas empresas, com a alegação de que estaria beneficiando pequenos empresários. E conseguiu a aprovação da lei. Resultado: o estado deixou de arrecadar, em valores do ano passado, 18,7 trilhões de cruzeiros, ou 372 mi-

PRIVATIZAÇÃO À PAULISTA

Confirmando sua fama de "governo invisível", Fleury vem conseguindo realizar uma privatização bem mais discreta e menos combatida do que a praticada pelo governo federal - e por isso mais eficaz. Fleury atua de três formas: realiza a concessão de serviços e obras, vende ações e terceiriza a mão-de-obra.

A concessão de obras e serviços baseia-se em lei, aprovada antes mesmo da similar federal. O governo argumenta que desta maneira pode obter recursos para aplicar em saúde, educação etc. Concedem-se obras públicas (como a construção de estradas e ferrovias) e serviços (como transportes e presídios). Por exemplo: a iniciativa privada constrói uma estrada e, em troca, ganha o direito de explorar, por décadas, pedágios e quetais.

Já a terceirização é uma aplicação torta de um princípio muito em voga na iniciativa privada: repassar para terceiros atividades secundárias, liberando atenção e recursos para a atividade principal da empresa. Ocorre que no governo Fleury terceiriza-se de tudo, inclusive áreas essenciais como as assessorias jurídicas responsáveis por licitações de obras públicas.

A terceirização da mão-de-obra é um instrumento para desregularizar direitos trabalhistas, arrochar salários, contratar apadrinhados e, ademais, montar um caixa 2. Contratados por empreiteiras de mão-de-obra, dezenas de milhares de trabalhadores são tratados como "temporários" e sujeitam-se a salários menores. Como as empreiteiras não são obrigadas a realizar concursos, a terceirização constitui-se também numa porta de entrada para apadrinhados políticos.

A privatização à paulista inclui também a venda de ações das estatais - recentemente a Assembléia Legislativa aprovou dois projetos de lei que autorizavam a Fazenda a vender ações da CESP e outras 23 estatais (projetos 261/93 e 262/93).

No conjunto, trata-se de uma versão tão ou mais danosa que a privatização desenvolvida pelo governo federal. Como resultado, retiram-se do governo do estado condições de cumprir seu papel social, inclusive de impedir a degradação cada vez mais acentuada da indústria paulista, cuja participação no PIB brasileiro cai ano após ano.

lhões de dólares, só de impostos sonegados de 1987 a 1991 e anistiações por Fleury. E sabem qual foi o maior beneficiado? A Mac Donald's. Depois descobriu-se que o estado estava ganhando todas as ações contra os sonegadores. Fleury sabia disso. Por que dispensou esse dinheiro todo?

E há muito mais: desde a compra de remédios superfaturados pela Fundação do Remédio Popular (FURP), aplicação de dinheiro da Cesp (Companhia Energética de São Paulo) em contas remuneradas particulares e muitas histórias de superfaturamento, como a contratação de obras pela CPFL nas usinas hidrelétricas de Eloy Chaves e Pinhal, no rio Mogi Guaçu, por 30 milhões de dólares, quando a estimativa dos técnicos da própria empresa era de 6,5 milhões de dólares.

Sem obras para mostrar, Fleury tenta deixar um feito glorioso na área de meio ambiente, apesar de - como diz o deputado Ivan Valente - ser completamente inepto neste setor: o início da despoluição do Tietê. Mas até nisso, que seria sua menina dos olhos, tudo se passa num clima de suspeição, com licitações a preços superfaturados e uma série de irregularidades. Aliás, o tratamento dado aos serviços de drenagem e rebaixamento da calha do Tietê é conhecido entre os empreiteiros como "indústria da lama", por já ter retirado dos cofres públicos paulistas 330 milhões de dólares só nos últimos quatro anos (governos Quêrcia e Fleury).

O preço pago por metro cúbico de lama pelo governo Fleury era o mais alto do Brasil: 18 dólares (contra 11,3 no estado do Rio). Depois de denúncias pela imprensa,

E há mais: os escândalos envolvendo pessoas que até foram demitidas, às vezes, não são isolados, acreditam os deputados da oposição. "São para pagar compromissos de campanha passados ou futuros", acredita Arlindo Chinaglia. E Luiz Azevedo complementa: "O problema do governo Fleury não é só corrupção. É irresponsabilidade administrativa e incompetência como gestor. É puro fisiologismo e clientelismo".



Belas promessas, grandiosos planos: nove fora, o governo Fleury roda em área que disse ser prioritária.

EDUCAÇÃO

...E O VENTO LEVOU

O candidato Fleury declarou a educação prioridade de seu governo. Eleito, nomeou secretário da Educação o escritor Fernando Morais - que vinha de uma gestão bem-sucedida na Secretaria da Cultura durante o governo Quéricia. No primeiro ano de governo, anunciou um programa para criar "escolas-padrão". Hoje, olhando-se tudo isso de longe e após dois anos e meio de governo, a sensação que se tem é a de que... o vento levou. A educação, em São Paulo, continua na UTI; a insatisfação do professorado é generalizada; as greves se sucedem; os salários estão pela hora da morte. E a julgar pelos números de investimentos, a educação não é prioridade no governo Fleury.

Por exemplo: os investimentos no setor energético e de recursos minerais pularam, em sua participação na quota-base do ICMS que fica no estado, principal fonte (95%) da arrecadação, de 0,20% para 3,52%, de 1991 (1º ano de governo) para 1992. Em 1993, a cumpriram-se as previsões orçamentárias, o percentual vão para 7,3%. Desde o governo Maluf, então às voltas com a quimérica busca de petróleo, esses percentuais não eram tão altos. Por outro lado, os números da educação não são nada animadores (ver tabela), sobretudo se levarmos em conta que a queda na massa real anual do ICMS arrecadado é brutal a partir de 1990, graças à política do governo Collor.

CONTROVÉRSIAS. Quanto às escolas-padrão, provocaram

MARCO ANTONIO DE MORAES



Diante do descaso, assembléias decidem por greve.

mais controvérsias do que benefícios consolidados até agora. Entre 1991 e 1992, 306 escolas foram "padronizadas"; em 1993 esse número chegou a 1.306, e a estimativa é de que até o final do governo (1994) haja 3.300 escolas-padrão, isso num universo de 6.600 escolas da rede estadual. As controvérsias situam-se principalmente no papel mais autoritário reservado aos diretores nessas escolas, o uso de gratificações para os professores que nelas trabalham - o que gera desigualdades no interior da categoria mas não direitos, pois gratificação não é salário - e de falta de critérios para contratação e indicação do pessoal que nelas vai trabalhar. Mas o problema maior é

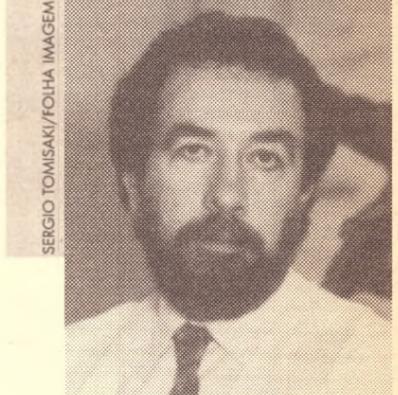
que até agora não ficou claro a que vieram, vêm e virão essas escolas-padrão.

PENÚRIA. Outros setores educacionais têm uma situação diversificada. As escolas técnicas estaduais, que são 83, atravessam situação de grave penúria, à exceção do Centro Paula Souza, vinculado à Unesp. Uma das razões é a falta de definição de responsabilidades para o setor: formalmente, as escolas pertencem ao âmbito da Secretaria de Ciência e Tecnologia, mas os docentes recebem pela Secretaria da Educação. Tão grave é a situação que em recente sessão da Comissão de Educação, decidiu-se levar o problema diretamente ao gover-

nador - na esperança de que assim se defina não só uma necessária política emergencial para o setor como para que também se definam melhor as responsabilidades no interior do governo - segundo as repetidas manifestações dos deputados Ivan Valente e Bia Pardi (do PT), lá presentes.

No ensino superior - de importância nacional - a situação aparece como de relativo desafogo dentro desse quadro de catástrofes.

A questão é que o setor carece de política. Até o momento, os sucessivos secretários de Ciência e Tecnologia tiveram que se esmerar mais em explicar o conturbado caso das im-



Morais veio para não mudar

portações esdrúxulas de Israel do que em auxiliar na definição de políticas consistentes para as universidades e demais centros estaduais de pesquisas.

ESTADO DE SÃO PAULO

DESPESAS EM RELAÇÃO AO ICM/ICMS (%)
(MÉDIA NOS ANOS DE GOVERNO)

	1º GRAU	2º GRAU	DESP. COM PESSOAL DA SEC. EDUCAÇÃO	DESP. COM CUSTEIO E INVESTIMENTO
MÉDIA GOVERNO MONTORO (83-86)	22,5	1,63	19,69	4,43
MÉDIA GOVERNO QUÉRCIA (87-90)	20,9	1,71	18,65	3,96
MÉDIA GOVERNO FLEURY* (91-93)	22,27	1,53	18,71	5,09

* 3 ANOS DE GOVERNO (91/92/93)
DADOS DE 1993 ESTIMADOS A PARTIR DO ORÇAMENTO DO ESTADO
NOTA: ENTRE 1989 E 1992 A ARRECAÇÃO REAL DO ICM/ICMS EM SÃO PAULO CAIU EM 30,9%.

FUNCIONALISMO

A CONDENAÇÃO À MISÉRIA

A situação atual do funcionalismo do estado de São Paulo pode ser descrita como calamitosa, devido ao arrocho salarial que vem se acumulando desde o governo Maluf, agravado consideravelmente no período Quéricia-Fleury. Não dá para dissociar esses dois últimos: Fleury é a continuidade de Quéricia e dele herdou o estilo prepotente e arbitrário, o desprezo pelas normas gerais, o cinismo no descumprimento das diretrizes impostas pela Constituição (Regime Jurídico Único, Plano de Carreira, Revisão do Estatuto).

ARROCHO SALARIAL. Quéricia deixou como herança para Fleury um arrocho da ordem de 50% para todas as categorias. Fleury acrescentou aí a sua dose de arrocho. Para se ter uma idéia, o piso salarial pago por Fleury em julho deste ano é de CR\$ 5.500,00. A seguir, alguns salários pagos por ele.

Professor, nível inicial (20 horas semanais) = CR\$ 6.907,00; médico de ambulatório (jornada de 20 horas) = CR\$ 17.021,51; pessoal de nível universitário (40 horas) = CR\$ 13.330,73.

Se compararmos os valores reais desses salários aos de fevereiro de 1987, veremos que a inflação cresceu 5.240.000% e os salários apenas 2.100.000% em média. Houve uma perda salarial em torno de 60%. Isto é, os funcionários lutam para sobreviver com pouco mais de 1/3 do que ganhavam no início do governo Quéricia.

Em fevereiro de 1987, o piso salarial do estado valia 2,33 salários-mínimos. Hoje baixou para 1,18. Os professores, que recebiam o equivalente a 2,33 salários-mínimos e tiveram de Quéricia a promessa de chegar a 5, estão hoje com 1,49 salário-mínimo. Aos baixos salários, soma-se a total falta de perspectiva: na ausência de uma política salarial consistente, ninguém

Quéricia e Fleury reduziram os salários a quase um terço do que eram. O salário-família para a maioria dos funcionários é de CR\$ 8,40.

pode confiar nos "aumentos especiais", concedidos nos momentos em que o governo é forçado a ceder à pressão dos interessados, porque eles são imediatamente contrabalançados por fases de arrocho acentuado, que anulam vantagens recebidas. E os salários indiretos são ridículos: o salário-família é de CR\$ 8,40 para a

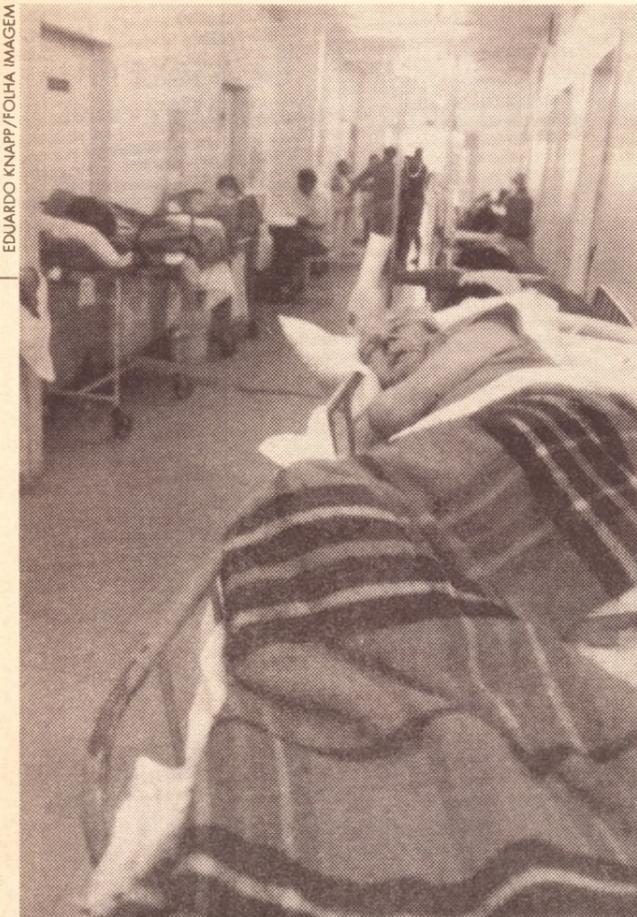
maioria do funcionalismo, e o auxílio alimentação, chamado de "vale-coxinha", que vigora ainda este mês, é de CR\$ 31,00.

CONSEQUÊNCIAS. Tudo isso provoca uma evasão de pessoal sem precedentes. Na área da Saúde, por exemplo, houve uma diminuição de pessoal da ordem de 30%, deixando desguarnecidos 40% dos postos de trabalho de médico, 42% de cirurgião-dentista, 65,6% de enfermeiro e 42% de técnico de laboratório.

Os reflexos dessa situação sobre a qualidade dos serviços públicos são claros: professores habilitados são substituídos por leigos; leitos desativados e centros de saúde fechados, por falta de pessoal; programas essenciais para o desenvolvimento científico e tecnológico abandonados. Ao invés de soluções, tenta-se jogar a opinião pública contra os funcionários, como se suas reivindicações fossem

mero corporativismo, e não uma questão de crucial interesse para a população do Estado, cada vez mais dependente dos serviços prestados pela rede pública.

Fleury alega não ter recursos para pagamento de pessoal, devido à queda de arrecadação do ICMS. Mas no 1º semestre essa queda foi de menos de 6%, enquanto o gasto com pessoal caiu 14%. Ele não explica, também, que no meio dessa miséria geral, mantém os altos salários do pessoal do Baneser, e também a extensa lista de privilégios e benefícios do projeto do Ministério Público. A bancada do PT na Assembleia Legislativa apresentou uma emenda ao projeto de lei que definia as Diretrizes Orçamentárias para 1994, com proposta de criação de parâmetros para atender às reivindicações legítimas dos funcionários. O rolo compressor de Fleury rejeitou a emenda e nada ofereceu em troca.



Uma amostra da Saúde com Fleury

A radiografia do descaso com a saúde no estado de São Paulo é nítida: o excesso de pessoas sem leitos se equipara à população de Belo Horizonte: 1 milhão e oitocentos mil habitantes. No Hospital das Clínicas em Ribeirão Preto a espera por uma operação pode ser de cinco anos. A demora ocorre devido à falta de leitos. A Organização Mundial da Saúde estabelece 250 habitantes para cada leito. A média no estado é de 1 para 500.

TEM MAIS. Infelizmente, estes números refletem só uma parte da tragédia. O presidente do Sindicato dos Médicos do Estado, Tito Neri, revela: "O maior índice de mortes de 5 aos 40 anos, em São Paulo, é devido à violência (homicídios, suicídio e acidentes). O atendimento de emergência tem que ser prioridade". Porém, com os prontos-socorros abandonados e sem equipamentos, é impossível socorrer as pessoas. É simples entender, explica o presidente do sindicato: "O governo do estado não in-

veste nos recursos humanos. Há um ano que os concursos não preenchem sequer as inscrições".

A doutora Mônica Mana, 7 anos de profissão, declara: "Recebi 15 mil cruzeiros de salário referente a julho, por vinte horas semanais". Mônica não está sozinha. Este é o salário base líquido da sua categoria. Como lembra o doutor Eurípedes Carvalho, da Federação Nacional dos Médicos, "o salário de um mês no estado é equivalente a 1 dia e meio de trabalho de um médico particular".

O TAMANHO DO CAOS. Além dos baixos salários, outra reclamação unânime é a falta de condições de trabalho. A doutora Regina Parise, que trabalha há 12 anos no serviço público e atualmente é conselheira do CRM, declara: "O caos é tamanho nas emergências, que os médicos são obrigados a fazer boletins de ocorrência, para se prevenirem, caso aconteça alguma coisa com os pacientes".

Mas qual a razão para este

Salários miseráveis e uma política privatizante desmantelam o setor

SAÚDE

DIAGNÓSTICO: FLEURY É A DOENÇA

lamentável diagnóstico? De acordo com o governador do estado, Luiz Antônio Fleury Filho, não há repasse do governo federal. Esta justificativa não se encaixa com algumas histórias. Atualmente,

todos os serviços de cozinha, limpeza e segurança estão terceirizados. O salário de um zelador de hospital é CR\$ 15.000,00. "A terceirização é uma das maneiras de muita gente roubar", adverte o de-



putado estadual Arlindo Chinaglia (PT) que, no que diz respeito ao repasse de verbas, entrou com um projeto de lei que estabelecia uma comissão para acompanhar o repasse. A bancada governista não aceitou.

Para o SindSaúde, esta política do abandono tem como intenção privatizar a Saúde. A secretária-executiva Lica Mendonça também coloca em xeque o argumento sobre verbas. "Como ele pode contratar médicos em caráter de urgência, sem concurso, nos hospitais Nova Cachoeirinha, Vila Penteadado, Geral de Taipas e pagar o dobro do salário?"

E escândalos não faltam. A Fundação para o Remédio Popular - Furp - foi denunciada, no começo do mandato de Fleury, por superfaturamento na compra de remédios, a situação foi comprovada e o diretor afastado. Recentemente, em julho, o quilo de sal mais caro do mundo foi consumido pelo Hospital do Ipiranga: Cr\$ 13.000.000,00.

Um protesto geral contra este caos aconteceu na famosa sexta-feira 13. A Praça da República reuniu 14 mil servidores. O governador declara taxativamente que não conversa com grevista, posição que ficou bem famosa durante a greve da Saúde no começo do ano. Os funcionários voltaram e até hoje não houve sequer uma audiência de "negociação". Nenhuma reivindicação foi atendida.

SECRETARIA	MÉDIA QUÉRCIA	FLEURY		MÉDIA FLEURY
		91	92	
EDUCAÇÃO	12,20%	10,90%	10,60%	10,75%
SAÚDE	10,80%	8,90%	8,60%	8,75%
INFRA-ESTRUT.	10,90%	8,90%	8,70%	8,80%
TRANSP. METROP.	4,10%	1,80%	1,80%	1,80%
SEGURANÇA	7,60%	9,10%	7,50%	8,30%
HABITAÇÃO	0,80%	2,09%	1,80%	1,95%

AS MARCAS DE FLEURY: ACHATAMENTO SALARIAL, MENOS VERBAS PARA EDUCAÇÃO E SAÚDE.

	GASTO MÉDIO POR GESTÃO (%)			
	MALUF	MONTEIRO	QUÉRCIA	FLEURY
DESPESAS CORRENTES(*)	72,9%	70,2%	68,8%	66,1%
PESSOAL (1)	44,2%	41,7%	39,4%	32,3%
SERV. TERC. ENCARGOS	5,2%	4,8%	8,4%	9,2%
ENCARGOS DIV. INT. EXT.	2,5%	3,0%	1,4%	2,7%
SUBVENÇÕES ECONÔMICAS	2,4%	1,3%	1,3%	2,1%
OUTRAS DESP. CORRENTES	18,6%	19,5%	18,3%	19,8%
DESPESAS DE CAPITAL	27,1%	29,8%	31,2%	33,9%
AMORT. DÍVIDA INT. EXT.	5,6%	5,4%	5,3%	9,8%
INVESTIMENTOS	3,9%	4,9%	6,4%	5,1%
SUBSCR. DE CAPITAL	4,0%	6,4%	9,7%	10,0%
OUTRAS DESP. DE CAPITAL	13,7%	13,0%	9,8%	9,0%
TOTAL DA DESPESA	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

(*) EXCLUI TRANSF. INTERGOVERNAMENTAIS
(1) INCLUI INATIVOS E PENSIONISTAS

HABITAÇÃO

CASAS SÓ PARA OS AMIGOS

Fleury utiliza a Secretaria de Habitação e a construção de casas populares para angariar e favorecer prefeitos no interior do estado e reforçar a sua base política.

Quem não se lembra da promessa milagrosa do então candidato a governador, de entregar 500 mil casas populares? Cumpriria a proposta do seu idealizador político, Orestes Quércia, que prometeu 400 mil e entregou 30 mil.

Sem dúvida o problema habitacional no estado de São Paulo é uma excelente plataforma eleitoral: faltam 2,5 milhões de moradias, 1,5 milhão só na capital. Jurassem cima deste déficit rendem votos.

Até o final do seu governo, Fleury deve entregar 130 mil casas populares, quantia nada insignificante. O problema está na falta, ou melhor, no excesso de critério político: os prefeitos precisam ter como pré-re-

quisito a amizade com o rei. "Para cidades como Campinas, Jundiaí, Americana, Sorocaba e São José dos Campos, ele não tem uma política habitacional adequada", diz a assessora da liderança do PT na Assembléia Legislativa, Bercelina Costa. E complementa: "Para Santos e agora Ribeirão Preto, o repasse de verbas é muito difícil".

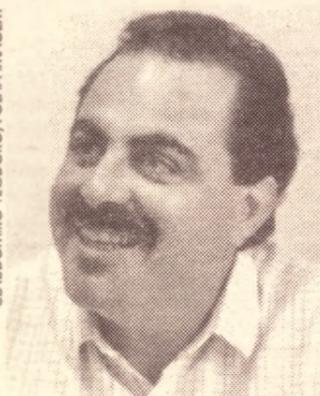
Além disto, as casas são construídas independente das condições do local. "No município de Ferraz de Vasconcelos as casas foram entregues, mas não havia infra-estrutura nenhuma, a começar pela falta de saneamento básico", conta a assessora. Como geralmente a infra-estrutura e o terreno são doados pela prefeitura, a população se torna refém da vontade política dos prefeitos. Para tudo isso, Fleury usa um homem que foi de esquerda, Arnaldo Jardim, seu secretário de Habitação

Empreiteiras e apadrinhados são os grandes beneficiários da política habitacional de Fleury

FURANDO FILA. Para evitar este favoritismo, o deputado estadual Elói Pietá propôs que a verba de habitação fosse destinada de acordo com a carência habitacional das cidades e vinculada ao plano de desenvolvimento.

Nada foi conseguido. Atualmente o deputado estuda um projeto de lei que regula o cadastramento e a seleção dos futuros morado-

CLAUDOMIRO TEODORO/FOLHA IMAGEM



Jardim: rindo do quê?

res. Aconteceram casos de pessoas não cadastradas receberem, tirando a oportunidade de quem já estava cadastrado. A proposta é vincular o empreendimento à demanda e, conseqüentemente, aumentar a verba para São Paulo, cidade menos favorecida.

Outro projeto de lei é do deputado estadual petista

Roberto Gouveia. O que se pretende é repassar no mínimo 10% dos recursos da habitação para as Associações de Trabalhadores Sem Moradia, para elas desenvolverem o projeto em regime de mutirão e autogestão. Mas na gestão Fleury a Companhia de Desenvolvimento de Habitação Urbana (CDHU) trabalha em conjunto com a construtora Transbraçal. A terceirização, é claro, aumenta os custos.

Escândalos não faltam também na área de habitação. Em junho saiu um edital convocando pessoas para trabalharem na CDHU. A intenção era oficializar pessoas que estão contratadas de forma ilegal. Como as normas eram absurdas, o edital foi cancelado. Atualmente, há um boato de que 150 pessoas vão ser demitidas. Fica a dúvida: se é necessária a contratação, por que demitir?



Sem respeito aos próprios policiais, as prioridades são equipamentos e violência.

SEGURANÇA

CRIANDO UMA MÁQUINA DE MATAR

Fleury comanda a segurança pública em São Paulo há seis anos. Primeiro como secretário, depois como governador. Isso sem contar a carreira de promotor e oficial da Polícia Militar. Portanto, teve tempo mais que de sobra para firmar a sua brutal política de revólver na mão e tocador de obras. Ao invés de investir nos policiais, em treinamento e salários dignos, o governador não pensa duas vezes em construir delegacias, comprar frotas de viaturas e equipamentos caros, sofisticados e superfaturados (como no caso da escandalosa importação de Israel).

"Fleury não fez nenhuma inovação positiva além de erguer prédios vazios", disse o deputado estadual Elói Pietá (PT), membro da Comissão de Segurança da Assembléia Legislativa. No governo Fleury, as polícias têm 162% mais carros do que na época de Montoro. No entanto, trabalham com 40% das 8.453 viaturas paradas por defeitos ou acidentes, segundo a própria Secretaria de Segurança admitiu em abril de 1991. E os militares sempre receberam um tratamento preferencial, enquanto a Polícia Civil se tornou uma mera máquina registradora de ocorrências. Poucos crimes são investigados e os delegados perdem um bom tempo para administrar os minipresídios em que se transformaram os distritos.

FRACASSO. "Nos últimos anos, o poder da PM cresceu de forma sistemática, lado a lado com a ideologia da violência", constata Pietá, co-autor do livro *Pavilhão 9*, sobre o massacre da Casa de Detenção. O primeiro projeto de Fleury para a PM foi o Rádio Patrulhamento Padrão, ainda na administração Quéricia. A idéia era fixar o policial na comunidade, dividindo as cidades em áreas. Mas, de fato, a única diferença foi dar um carro mais potente aos mesmos soldados, tão motivados e preparados como nos tempos das baratinhas. O plano fracassou inclusive por logística, porque não foi possível manter a quantidade desejada de patrulheiros por quarteirão. Então, todos os esforços voltaram para a política do confronto, tendo a Rota novamente na linha de frente.

O resultado do uso de uma tropa criada dentro da doutrina de segurança nacional era previsível: uma carnificina diária que culminou na chacina da Casa de Detenção, no final do ano passado.

No seu livro *Rota 66*, o jornalista Caco Barcelos mediu o crescimento da violência policial contra suspeitos, muitos deles inocentes: 57% das vítimas iden-

NIELS ANDREAS/FOIHA IMAGEM



Depois do massacre do Carandiru, familiares dos presos se aglomeram no portão.

tificadas nunca foram presas ou processadas. A quantidade pode ser comparada a grandes batalhas. No final da década de 70, a média era de 1 morto a cada 30 horas. No decorrer dos anos

80, subiu para 1 a cada 17 horas. E, no governo Fleury, a PM matava 1 civil a cada 7 horas. "Ao executar alguém, o soldado tinha respaldo no comando e no Palácio dos Bandeirantes",

analisou Pietá, "tanto que as mortes caíram drasticamente depois do massacre dos 111 presos, quando Fleury descobriu o quanto pegava mal politicamente tirar o revólver do coldre".

CRIANÇA

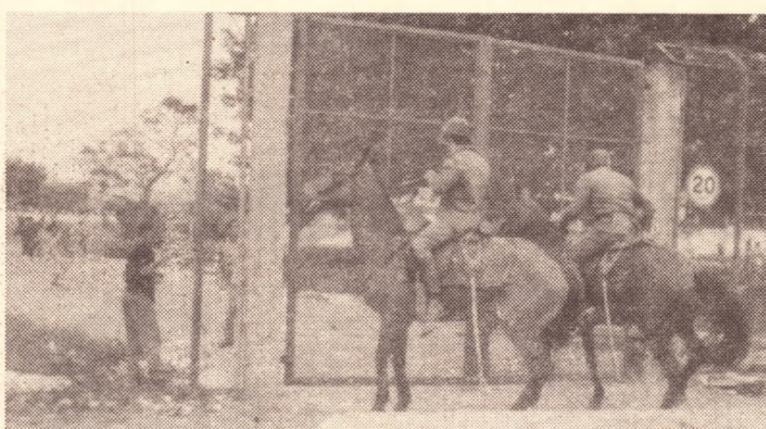
PORRETADAS PARA SUPRIR CARÊNCIA

Fleury está entusiasmado. Declarou recentemente o apoio de São Paulo à emenda constitucional do senador Epitácio Cafeteira (PPR-MA), que reduz de 18 para 16 anos a maioridade. Os dizeres do governador não causam espanto, só traduzem o reflexo da sua política para crianças e adolescentes.

"A concepção do Fleury em relação à criança e ao adolescente é em função da segurança da sociedade e contra as crianças, como se as propostas fossem antagônicas", declara a deputada estadual petista, Beatriz Pardi. Basta lembrar que a atual secretária do Bem Estar Social, que acumulou a da Criança, é a delegada Rosmary Corrêa. "Se já combatíamos a gestão da Alda Marco Antônio, agora a situação é muito pior, porque o tratamento na Febem, é a política do *big stick*", comenta o deputado Antenor Chicarino.

O deputado Chicarino critica veementemente o entusiasmo de Fleury: "No Brasil são 7 milhões de abandonados, se apenas 5% for infrator, teremos que abrigar 350 mil crianças e adolescentes. No estado de São Paulo são 23 mil vagas ocupadas por 50 mil presos,

ADI LEITE/FOIHA IMAGEM



Tentativa de contenção de revolta na Febem

fora os 130 mil mandados de prisão", diz Chicarino.

Entretanto, a maior preocupação do deputado não é quantitativa. Ele explica todos os problemas biológicos e psicológicos causados pelas condições que estas crianças e adolescentes enfrentam durante a sua formação. "O resgate da cidadania não é sequer cogitado, prova disto é o tratamento dado nas unidades e na Febem", diz Maria Vanda Pereira, assessora de Chicarino.

DESRESPEITO. O Estatuto da Criança e do Adolescente para o governador não representa

Fleury não dá chance para a recuperação e trata o Estatuto da Criança e do Adolescente como letra morta

nada, a não ser um amontoado de artigos frios e que no mínimo não devem ser cumpridos. Aliás, Fleury compreende o Estatuto como uma

proteção para a criança criminosa. Se o Estatuto fosse respeitado, várias situações seriam encaminhadas, o que na prática não acontece. De acordo com o Estatuto, o estado tem que proporcionar condições para as famílias darem assistência aos seus filhos. As Unidades de Internação e Atendimento devem ser regionalizadas e conseqüentemente descentralizadas. Mas das 60 prometidas em maio de 1992, apenas 6 estão em andamento. Além de serem insuficientes, são construídas como verdadeiros cadeiões, não prevêm espaço para lazer e nem para um acolhimento adequado.

O Conselho Estadual da Criança que deveria ser instaurado pelo executivo, só foi aprovado por projeto de lei depois de muita mobilização das entidades civis. Eleito em janeiro, só começou a funcionar este mês, porque os representantes do Estado não foram designados.

O quadro é trágico: unidades superlotadas, denúncias de espancamento e tortura, 30% dos adolescentes na Fe-

bem têm o vírus da Aids. A CPI instalada em agosto de 1991 ouviu depoimentos contundentes sobre os matadores, mas nada foi apurado. E a perspectiva de incriminar os responsáveis é quase nula.

A barreira às medidas não tem fim. O Ministério Público determinou, em junho, que o governador diminuísse a superlotação das Unidades de Acolhimento Provisório, que continuam cheias e o governador conseguiu anular a ação.

O mapeamento do descalço mostra a política de mortes: em média duas crianças são assassinadas por dia em São Paulo. A maioria delas trabalhadoras e sem envolvimento com drogas. O registro aponta um aumento em 25% do número de assassinados em dois anos.

BRASIL AGORA/SP É UMA PUBLICAÇÃO EXPERIMENTAL FEITA POR CONVÊNIO ENTRE O JORNAL BRASIL AGORA E O DIRETÓRIO REGIONAL DO PT/SP.

RESPONSÁVEIS: SÉRGIO AMADEU E VALTER POMAR.

COLABORADORES: ADÉLIA CHAGAS, FLÁVIO AGUIAR, MOUZAR BENEDITO, MÁRCIO VENCIGUERRA E ZILAH W. ABRAMO.

ENDEREÇO: RUA CONSELHEIRO NÉBIAS, 1052 - CAMPOS ELÍSEOS - SP/SP. CEP 01203-002 - FONE (011) 223.7999.

100%. A vitória do governo no plenário do Congresso Nacional, dia 18 de agosto, não se limitou à imposição do redutor salarial; ela se materializou também na rejeição, por 261 a 100, da emenda nº 15, de autoria do deputado Vladimir Palmeira, que elevaria o salário-mínimo a 100 dólares até 1995. Foi rejeitada também a emenda nº 32, do líder do PDT, Luis Salomão, estendendo o redutor de 10% aos preços, tarifas públicas e juros. Isto mostra que a questão não é apenas tática. A posição de arrochar os salários tem raízes profundas, políticas e ideológicas.

OFENSIVA. Apesar da evidência de que a revisão constitucional, pretendida pelas elites, é um golpe sem qualquer base na atual Constituição, que previa apenas a revisão do capítulo do Sistema de Governo, no caso de vitória do parlamentarismo no plebiscito, Inocêncio de Oliveira não desiste. Na segunda-feira, dia 16 de agosto, ele anunciou que visitará as principais entidades da sociedade civil, CNBB, OAB e ABI, empenhadas na luta contra o golpe da revisão. Inocêncio de Oliveira pretende convencer estas entidades da necessidade da revisão e prometer que ela será limitada.

REFORMA AGRÁRIA. Um grupo de militantes do PT de Goiás, entre eles Hamilton Pereira, secretário agrário nacional, e Guilherme Pedro Neto, presidente da Fetaeg, solicitaram à executiva regional do partido a expulsão do deputado estadual Athos Magno. Os signatários do pedido de expulsão afirmaram, em documento entregue à executiva, que o deputado Athos Magno, junto com o prefeito de Piracanjuba, estiveram com o governador Íris Rezende, para solicitar que fossem despejadas 80 famílias de lavradores sem terra que ocupavam uma fazenda improdutiva naquele município. A executiva regional de Goiás, alegando questões de forma, recusou o pedido.

CASSINOS. A pauta de votações na Câmara dos Deputados, na semana que começou dia 24 de agosto, estava pouco carregada. Possivelmente a votação mais importante seria a do projeto que legaliza os cassinos. Fazam seus jogos, senhores.

REDUTOR. O deputado Jaques Wagner (PT-BA) enviou o seguinte telex ao ministro Fernando Henrique Cardoso: "O novo fusca, que custava 3,1 mil dólares em 1986, custa agora 7,2 mil dólares e será comercializado com grave defeito de fabricação: o redutor está invertido". O mesmo não ocorreu de 1986 para cá com os salários que, agora, na gestão de Vossa Excelência, vêm com um redutor de terceira geração.

Abyssus abyssus invocat, diziam os antigos latinos, isto é, o abismo chama o abismo. É impressionante como o ditado se aplica ao presidente Itamar Franco, esse aprendiz de feiticeiro com uma irrefreável vocação para provocar confusões. O que aconteceu nas últimas semanas basta como demonstração.

Itamar parecia ter dado a volta por cima, derrotando a oposição, quando fez aprovar no Congresso Nacional a Medida Provisória nº 340, que impõe o redutor de 10% sobre o índice de reajuste mensal dos salários.

Ele perdeu os nove votos da bancada do Partido Socialista Brasileiro e o ministro da Saúde Jamil Haddad. Em compensação, com a nomeação do ex-governador de Goiás, Henrique Santillo, ganhou o apoio de 39 deputados e quatro senadores do Partido Progressista do ex-governador paranaense Alvaro Dias e do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz. Desta operação é preciso descontar alguns adversários novos, como o governador goiano Íris Rezende, do PMDB, insatisfeito com a nomeação de Santillo, seu inimigo eleitoral.

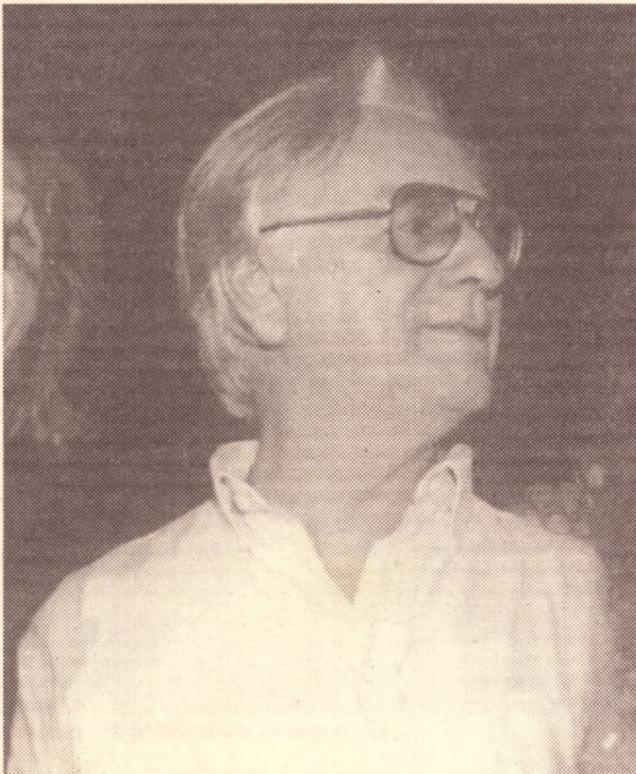
Para o Banco Central, Itamar nomeou o antigo negociador da dívida externa, Pedro Malan, um peso pesado que faz o jogo do ministro Fernando Henrique Cardoso. Malan foi aprovado pelo Senado Federal sem maiores problemas. Seu lugar foi ocupado pelo economista André Lara Resende, uma peça importante no xadrez do provável pacote da dolarização da economia a ser adotado proximamente. Malan e Rezende foram mais dois pontos positivos para Itamar.

POLÊMICA COM FREIRE. A questão do Ministério da Cultura, vago com a saída do ministro Antônio Houaiss, que vai para a Unesco, também foi resolvida, com a nomeação de um tal Jerônimo Moscardo, um diplomata que vinha representando o Brasil na Agência Latino-Americana para o Desenvolvimento.

Absolutamente desconhecido, sabe-se que Moscardo, nascido no Ceará, fã do ex-presidente americano Franklin Roosevelt, foi secretário do ex-marechal-presidente Castello Branco e é amigo do ex-presidente Sarney.

Ih!, Tamar

Duas grandes trapalhadas de Itamar anulam vitórias conquistadas a custo no Congresso



Itamar: vocação para confusões

Nesta operação, Itamar quase escorregou. Ele convidou seu líder na Câmara dos Deputados, Roberto Freire, para o cargo. Freire achou que o convite era a senha para cair fora do governo e pediu demissão da liderança. Voltou atrás, porém, depois que Itamar jurou que não teve qualquer intenção de desprestigiá-lo.

Itamar conseguiu preencher também o Ministério das Relações Exteriores, vago desde maio com a saída do ministro Fernando Henrique Cardoso. Por motivo de doença, seu amigo José Aparecido de Oliveira não pôde assumir. Itamar decidiu nomear o embaixador Celso Amorim, que vinha respondendo interinamente pelo cargo e que o convenceu pela eficiência com que respondeu às acusações sofridas pelo país por causa da chacina da Candelária. Mais um ponto para o presidente. O massacre dos Yanomami, com a péssima repercussão no Exterior, levou Itamar a tomar uma de suas decisões atabalhoadas. Ele convocou o Conselho de Defesa Nacional (a segunda vez em dez dias) e resolveu criar um ministério extraordinário para cuidar dos problemas da Amazônia. Mandou chamar para o posto o

embaixador do Brasil nos Estados Unidos, Rubens Ricúpero. Desagradou tanto o ministro Fernando Henrique Cardoso, que gostaria de contar com os serviços de Ricúpero nas negociações da dívida externa, quanto os ministros militares, que preferiam um homem da caserna. Pode-se considerar que, aqui, Itamar pisou na bola.

IPMF E DELBEN LEITE. A derapada maior, entretanto, que pode anular todos os pontos anteriores, ocorreu a partir do dia 26 de agosto, quando entrou em vigor a cobrança do famigerado IPMF. Já no dia 26, a Bahia, o Rio Grande do Sul e São Paulo conseguiram liminares na Justiça isentando os seus governos de pagar o tributo. Em resposta, Itamar Franco prometeu dar o troco quando os governadores desses estados fossem ao Palácio do Planalto pedir dinheiro. Partindo para a ação, demitiu o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Luiz Carlos Delben Leite, que fora nomeado pelo governador paulista Luiz Antônio Fleury Filho. Fleury ficou irritado e deixou isto claro para a imprensa. Captando a mensagem, o

ministro do Planejamento, Alexis Stepanenko, que foi quem oficializou a demissão de Delben Leite, seu subordinado hierárquico, resolveu pedir demissão, ainda não consumada.

O PMDB, o maior partido de sustentação do governo no Congresso, rachou ao meio. Metade do partido quer deixar de apoiar o presidente Itamar.

A outra metade, da qual fazem parte o ministro da Previdência, Antônio Brito, prefere continuar com o governo, também de olho numa aliança eleitoral com o PSDB de Fernando Henrique.

Nos próximos dias, o ministro Fernando Henrique vai participar de várias reuniões com os peemedebistas, há muito insatisfeitos com o papel irrelevante que mantêm, na máquina governamental, e ávidos para influir na condução da política econômica, uma condição para justificar a continuidade de sua sustentação ao governo Itamar.

Enquanto isso, os indicadores financeiros já apontam que a inflação, subindo, subindo, pode chegar aos 36% em setembro.

ANTÔNIO CARLOS QUEIROZ
de Brasília

AGORA EM 13 ENDEREÇOS PARA MELHOR SERVI-LO



LOJA CDM - PT - SP

UMA LOJA PARA QUEM NÃO TEM MEDO DE SER FELIZ

Rua Pedro Taques, 70 - Consolação
São Paulo/SP 01415-010

Fone: (011) 37-6651 - Fax: (011) 258-5761

PREÇOS VÁLIDOS ATÉ 15/09/93

Condições de pagamento à vista:
Acima de R\$ 4.000,00: 20% de desconto
Acima de R\$ 8.000,00: 25% de desconto
Acima de R\$ 20.000,00: 30% de desconto

QTD. PRODUTOS	CR\$/UNID.	CR\$/TOTAL
Adesivo Estrela	20,00	
Adesivos Diversos	40,00	
Bone (CUT, PT, Lula Brasil)	220,00	
Brinco Dourado Redondo	100,00	
Brinco Dourado Estrela Red. (gde)	75,00	
Brinco Fotográfico PT	30,00	
Brinco Fundação PT e CUT	75,00	
Brinco Lula	80,00	
Brinco Lula com Estrela Dourada	80,00	
Canetas	65,00	
Chaveiro Couro	150,00	
Chaveiro Plástico PT, CUT	33,00	
Chaveiro PT ret.	120,00	
Estrela Metal Cola (peq)	55,00	
Estrela Metal Solda (peq)	70,00	

QTD. PRODUTOS	CR\$/UNID.	CR\$/TOTAL
Estrela Metal Solda (med)	65,00	
Estrela Metal Cola (gde)	60,00	
Estrela Metal Solda (gde)	85,00	
Brinco Pingente PT	60,00	
Brinco Bandeira PT Brasil e Lula	100,00	
Lapela Alfinete Red. (peq)	35,00	
Lapela Alfinete Ret. (peq)	40,00	
Lapela Alfinete Red. Dour. (med)	50,00	
Camiseta Hering Branca	300,00	
Camiseta Colorida M. Especial	650,00	
Camiseta Branca M. Especial	500,00	
Sub-total		
Desc. %		
Total		

★ Loja CDE Acre — Rua João Donato, 64 Rio Branco AC - 69909-340 Fone: 068 228-7313 (Júlia do Socorro) ★ Loja CDM Salvador — Rua Rocha Galvão, 71 Salvador BA - 40040-020 Fone: 071 321-4737 (Lilja) ★ Loja CDE Ceará — Av. da Universidade, 2.189 Fortaleza CE - 60020-181 Fone: 085 277-2565 (Gisele) ★ Loja CDE Mato Grosso do Sul — Rua Dom Aquino, 414 Campo Grande MS - 79008-070 Fone: 067 382-2335 (Cida) ★ Loja CDE Pernambuco — Rua Gal. Semeão, 52 Recife PE 50050-000 Fone: 081 223-0019 (Ángela) ★ Loja CDM Rio de Janeiro — Av. Presidente Vargas, 509 21º andar Rio de Janeiro RJ 20072-000 Fone: 021 507-1790 (Antônio de Freitas) ★ Loja COPEI RS — Rua João Pessoa, 1415 Porto Alegre RS 90040-001 Fone: 051 221-6982 (Ana Paula) ★ Loja CDM Florianópolis — Rua Gerônimo Coelho, 383 Sala 906 Florianópolis SC 88010-030 (Mariane) ★ Loja CDE Santa Catarina — Rua dos Ilhéus, 43 Sala 103 Florianópolis SC 88010-560 Fone: 0482 24-1148 (Léo) ★ Loja CDM Blumenau — Rua XV de novembro, 952 Sala 11 Blumenau SC 890010-003 Fone: 0473 22-5406 (Roberto Imme) ★ Loja CUT Estadual SP — Rua Tamandaré, 667 Fundos São Paulo SP 01525-001 Fone: 011 270-8866 (Júlia ou Wagner) ★ Loja CDZ Pinheiros — Rua Capote Valente, 528 São Paulo SP Fone: 011 852-1039 (Daniel) — Aberta também aos sábados.

Comprovada a chacina Yanomami

Sobreviventes guardam as cinzas de 15 dos 16 mortos pelos garimpeiros

Existe um povo que a bandeira empresta/Pra cobrir tanta infâmia e cobardia.

Castro Alves

A imprensa tomou conhecimento da chacina de Haximu através de uma carta da irmã Aléssia, que trabalha na Missão Xidéia, ligada à diocese de Roraima, e que é a mais próxima do local onde teria ocorrido a tragédia.

O ministro da Justiça Maurício Corrêa foi a primeira autoridade a divulgar a notícia, na manhã do dia 18, durante uma reunião da comissão especial da Câmara dos Deputados que estuda as propostas para elaboração de um novo Estatuto dos Povos Indígenas. No dia seguinte, Corrêa, acompanhado do presidente da Funai, Cláudio Romero, e do procurador geral da República, Aristides Junqueira, voou para a maloca Haximu. Os três voltaram espantados com o que viram: a maloca incendiada, o esqueleto humano, vasilhas perfuradas a bala, cartuchos detonados de espingarda. "Não tenho dúvidas de que o que ocorreu foi um genocídio", afirmou Junqueira.

Dúvidas, no entanto, não faltaram desde então. Primeiro, porque os corpos das vítimas não foram encontrados. Além de um esqueleto, a polícia encontrou pedaços de ossos cinzas e dentes humanos em restos de fogueiras que teriam sido feitas pelos índios para cremar os corpos. Também surgiram dúvidas porque a grande imprensa passou a publicar números divergentes sobre a extensão do massacre. De 19, o



Vista aérea da maloca Haximu depois da matança

número de vítimas passou para 30, depois para mais de 40, depois para 73 e até 120. As duas últimas cifras foram levantadas pelo sertanista da Funai, Francisco Bezerra, que trabalha há mais de 20 anos com os Yanomami, após ter ouvido os relatos de quatro índios que teriam sobrevivido ao ataque dos garimpeiros. Houve incertezas ainda quanto ao local ou locais da chacina e outra questão é a da localização: Haximu fica, na verdade, na Venezuela, a 15 Km da fronteira brasileira. Mas isso não vem ao caso. O Código Penal prevê que, havendo dúvida, a jurisdição é de quem primeiro tomou providências e instaurou o processo. Ou seja: o Brasil.

MANIPULAÇÃO. Diante dessas ambigüidades, as lideranças dos garimpeiros, os políticos e militares contrários aos direitos indígenas trataram de vender seu peixe. Alguns disseram que "é um absurdo o tamanho do território Yanomami". Outros, como o governador Otomar Pinto, que "é preciso legalizar o garimpo, sob pena de inviabilizar o estado de Roraima". A líder dos garimpei-

ros, Jane Rezende, afirmou que o massacre teria sido perpetrado por "grupos de extermínio criados pela Igreja Católica e a Parapanema, interessados nos minérios da terra Yanomami". Acometido por delírio patrioteiro, o brigadeiro-presidencial Ivan Frota disse que os índios sobreviventes teriam sido pagos "por países poderosos" para inventar essa história e enovalhar a imagem do Brasil no exterior.

No Congresso, a campanha anti-Yanomami deu resultados. Pesquisa do DataFolha publicada no dia 30, feita com mais de 70% dos deputados e senadores, revelou que 51% dos congressistas são favoráveis à redução das terras Yanomami. Apenas 31% são contra e 17% não têm opinião sobre o assunto. Até agora, muito pouco de concreto foi feito pelas autoridades federais em relação ao massacre. As iniciativas praticamente se limitam à criação do polêmico ministério da Amazônia.

FIM DAS DÚVIDAS. O antropólogo francês Bruce Albert, ligado à Comissão pela Criação do

Parque Yanomami (CCPY), o delegado Raimundo Cotim, da Polícia federal, e o sertanista Francisco Bezerra, da Funai, passaram uma noite inteira conversando com 69 sobreviventes no posto Toototobi, da Funai, de 29 para 30 de agosto, e chegaram à conclusão que foram 16 as vítimas. Os índios cremaram os corpos, como é seu costume, com exceção do de uma índia, que foi o esqueleto encontrado. As cinzas estavam guardadas em potes e não eram apresentadas aos brancos por serem consideradas sagradas. Por insistência do líder Davi Kopenawa, dos Yanomami, eles mostraram essas cinzas na reunião. Eles disseram ter sido atacados por 23 garimpeiros: Boca-Rica, João Neto, Chico, Ceará, Paraná, Piauí, Cantina, Gaúcho, Elias, Jabuti, Rocha, Baiano, Manuel, Chaparral, Picão, Uiuu, João, Cururu, Zeca, Geni, Goiano, Paulista e Paulo.

O primeiro ataque, segundo a versão ouvida antes, dia 27, por Albert, transcrita pelo jornal *O Estado de S. Paulo*, teria ocorrido no início de julho, quando os garimpeiros mataram cinco índios, vingando a

morte de um colega seu, morto pelos índios, depois de roubar uma espingarda de uma maloca. Em represália, os Yanomami teriam morto outros dois garimpeiros. Antes, teriam cremado quatro corpos, menos o de uma índia de meia idade com quem não tinham parentesco. Seria dessa índia o esqueleto recolhido pela Polícia Federal. No dia 22 ou 23 de julho, finalmente, os garimpeiros voltaram e assassinaram os outros índios, nas imediações do rio Haximu, afluente do rio Hwarau, que é o nome yanomami do rio Orinoco.

INTERESSES ESCUSOS. É preciso que os leitores saibam, também, que o massacre de Haximu ocorreu num contexto em que várias personalidades - entre as quais o ex-presidente José Sarney, o escritor João Ubaldo Ribeiro, o jornalista Janer Cristaldo, da *Folha de S. Paulo*, e membros da bancada parlamentar de Roraima - estavam movendo uma campanha de difamação contra os Yanomami, qualificando-os de bárbaros selvagens e de atentarem contra a soberania do Brasil, por causa da demarcação de suas terras.

O Conselho Indigenista Missionário, entidade ligada à CNBB, divulgou uma nota no último dia 23, alertando contra a exploração interesseira da chacina por parte desses setores antiíndigenas, ligados a poderosos interesses econômicos e militares. A entidade afirmou que os objetivos da campanha é a redução do território Yanomami, a legalização dos garimpos em terras indígenas (expressamente proibidos pela Constituição), a supressão dos dispositivo constitucional que obriga as companhias mineradoras a submeter seus projetos em terras indígenas ao Congresso Nacional e a remilitarização da política indigenista, através da reativação do Projeto Calha Norte, que já foi responsável por milhares de mortes de índios, entre os quais 2 mil Yanomami.

ANTÔNIO CARLOS QUEIROZ
de Brasília



O SOM NA MEDIDA DE SUA NECESSIDADE

A **DISKSOM** produz e equipamentos de qualidade para serem usados em qualquer ambiente, parado ou em movimento. O funcionamento é muito simples, funciona com a bateria do carro e você investe pouco e uma vez só.

CONVERSE CONOSCO

VADO OU VANESSA
FONE (011) 34.7244

720W DE POTÊNCIA,
GABINETE, TOCA-FITA,
EQUALIZADOR, MIXER,
2 MÓDULOS DE POTÊNCIA,
MICROFONE, CAIXA
INTEGRADA (4 SAÍDAS).
PARA CARRO PASSEIO
OU KOMBI.



DISK SOM

COMÉRCIO E MANUTENÇÃO

RUA SILVEIRA MARTINS, 12 - CENTRO - SÃO PAULO/SP - FAX (011) 35.0717

A chacina de Vigário Geral

No dia seguinte à chacina já se sabia pelo menos alguns dos criminosos

Logo na segunda-feira, dia 30, o governo já tinha, dependendo da sua vontade, condições de apurar a chacina da favela do Vigário Geral, zona norte do Rio, onde pelo menos 24 pessoas foram assassinadas por 30 a 50 homens encapuzados. Parlamentares de vários partidos, entidades da sociedade civil e de direitos humanos, reunidos na Câmara Municipal, informaram que tinham sob proteção testemunhas da chacina capazes de reconhecer alguns dos envolvidos, que seriam policiais do 9º Batalhão da Polícia Militar. Tinham até nomes de alguns dos envolvidos.

Nessa reunião, decidiu-se também pedir ao procurador geral do Estado o afastamento do comandante do 9º Batalhão da PM e reivindicar junto ao governador Leonel Brizola a apuração até as últimas conseqüências desse crime, pelo Ministério Público, com acompanhamento de entidades como a OAB, ABI e entidades de defesa dos direitos humanos. Foi afastada a alternativa de pedir intervenção do Exército, levantada por pessoas de direita e que, no clima emocional que se seguiu, chegou a ter a adesão de alguns políticos ligados a questões de direitos humanos.

OS FATOS. A deputada petista Benedita da Silva chorou muito. Além do horror pela chacina cometida e exposta à vista de todos, ela sentiu-se agredida pessoalmente: numa moradia da favela, havia 8 pes-



Edmilson José Costa foi morto em frente à sua casa

soas assassinadas, abraçadas, com bíblias nas mãos. Eram da mesma igreja evangélica da deputada petista. Mas a sensação de horror estendia-se a todos os presentes.

Era impossível não se comover, frente às crianças tornadas órfãs, com todos o adultos de suas famílias assassinados na madrugada de 29 para 30 de agosto. O motivo? Vingança! Os policiais - até o governo do estado reconheceu que eram da polícia - não queriam prender. Queriam matar, para vingar a morte de quatro companheiros seus, numa praça do bairro, no dia anterior.

Os quatro policiais assas-

sinados, segundo acusações dos favelados, também teriam ligações com o tráfico de drogas e seu assassinato deu-se quando estariam tentando achar traficantes. O próprio comando da PM não sabia o que eles foram fazer lá. Independente da veracidade ou não das acusações, o assassinato dos policiais tinha que ser apurado e os criminosos presos. Mas, em vez disso, a resposta foi uma chacina maior, como que para intimidar os favelados, ao estilo nazista de "para cada morto nosso, matamos meia dúzia de vocês".

Os encapuzados chegaram queimando *Trailers* na

mesma praça onde seus colegas foram mortos. Depois entraram na favela jogando bombas e atirando.

Foi um ataque planejado, estudado. Tanto que, para impedir a comunicação telefônica e para beneficiar-se da escuridão, cortaram os fios telefônicos e atiraram nas lâmpadas de iluminação pública. Mas nisso falharam: há sobreviventes capazes de reconhecê-los. Inclusive as crianças tornadas órfãs.

DESMANDO. Na mesma semana que antecedeu a chacina, Brizola já tinha feito declarações para uma solução

quebra-galho da miséria salarial dos policiais: liberar o trabalho deles fora da polícia em seus horários de folga. Na prática, a proposta oficializaria ligações espúrias de parte dos policiais, pois quem mais tem "empregos" a oferecer a "seguranças" nessas condições que não bicheiros e outros contraventores?

Nilo Batista, o vice-governador e secretário da Polícia Civil, em sua visita ao local da chacina, só dizia coisas do tipo "é lamentável" e falava vagamente em "apurar". Não se podia esperar muito mais: o que corre no Rio é que ele perdeu todo o controle da situação. A polícia faz o que quer e como quer, há grupos agindo por conta própria e com comandos próprios dentro da polícia. Isso é tão óbvio que na própria manhã de segunda-feira, com diversos parlamentares de vários partidos na favela de Vigário Geral, havia policiais tentando intimidar os visitantes. Um fotógrafo foi agredido por um policial que ainda apontou o revólver para um assessor da vereadora Jurema Batista, do PT, que tentou interferir.

A Associação de Cabos e Soldados, não envolvida nos assassinatos, já acertou com Jurema Batista, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara de Vereadores, um debate sobre o assunto no próximo dia 13, às 15 horas, no plenário da Câmara.

MOUZAR BENEDITO

PRIVATIZAÇÃO

Surgem novas armações

A estratégia é entregar o filé mignon à iniciativa privada. O Estado rói os ossos.

Consumada em 20 de agosto, após mais um festival de agressões da polícia do governador Fleury contra manifestantes, a privatização da Cia. Siderúrgica Paulista - Cosipa - foi o fato mais destacado de uma quinzena outra vez marcada por irregularidades relacionadas ao Programa Nacional de Desestatização.

Por 331 milhões de dólares - quase 100% em moedas podres - a Brastubo, pertencente ao empresário paulista Aldo Narciso, tornou-se a controladora da Cosipa. O resultado do leilão é mesmo um indício da existência de fatos obscuros. A Brastubo possui patrimônio de apenas 10 milhões de dólares, e fatura ao ano US\$ 2 milhões. Narciso, no entanto, tem amplo trânsito junto a Fleury. Preside a Companhia Paulista de Desenvolvimento, um órgão criado pelo governo estadual precisamente para executar a concessão de obras e serviços públicos do Estado a empresários privados.

Quatro dias depois, o Tribunal de Contas da União (TCU) mandou suspender a priva-



Privatização da Cosipa: sindicalista joga seu sangue na polícia

tização da última siderúrgica que permanece em poder do Estado, a Açominas. O motivo foram novos sinais de subavaliação do preço mínimo. Uma perícia inicial realizada pelo TCU foi suficiente para constatar uma série de incorreções metodológicas nos cálculos efetuados pelas empresas de consultoria contratadas pelo BNDES. Marcado anteriormente para dia 25 a entrega da estatal, deverá ser transferida agora

para 10 de setembro. Também avançou a tentativa de transferir à iniciativa privada serviços sob a responsabilidade da União, como a geração de energia e o transporte rodoviário e ferroviário. Em 24 de agosto, o ministro Fernando Henrique Cardoso encontrou-se com líderes de vários partidos conservadores no Congresso para tentar desobstruir o projeto de lei que autoriza as concessões. A

iniciativa de FHC ignorou por completo denúncias como as que têm sido feitas pelos sindicatos de eletricitários de todo o país. Eles advertem que, nos moldes em que está montada, a privatização ameaça desmontar o sistema de geração e transmissão de energia, pois permitirá à iniciativa privada abocanhar o filé-mignon e deixar as empresas menos lucrativas - mas nem por isso menos importantes - nas mãos do Estado.

Por fim, houve novo esforço para vender de forma lesiva ao patri-

mônio público a embraer no mesmo dia 24 o superintendente da empresa, Ozires Silva, anunciou que prepara um plano que prevê a queda da participação do Estado no capital da empresa dos atuais 95% para 20%. O mais curioso é que, antes disso, o Banco do Brasil seria levado, pelo projeto de Ozires, a fazer aportes de capital à empresa no valor de 435 milhões de dólares. Depois de

saneadas suas dívidas, a EMBRAER seria transferida aos particulares, a quem caberia então colher os frutos que serão proporcionados pelo mais ousado projeto da empresa: a fabricação do jato EMB-445, para 50 passageiros. Em fase final de desenvolvimento, o avião já tem 135 encomendas, e deverá gerar faturamento de 600 milhões de dólares ao ano.

ANTONIO MARTINS

**CONFERÊNCIA
LATINOAMERICANA
DE EDUCAÇÃO PARA
A SAÚDE**

**A SAÚDE COMO
EXPRESSÃO DE VIDA**

De 28/setembro a 01/outubro

PALACIO DE LAS
CONVENCIONES
LA HABANA - CUBA

INFORMAÇÕES:

LAC - VIAGENS E TURISMO
Rua Sete de Abril, 97 - 8º/sala B
Fones (011)34.0920/34.6817
Fax (011)37.2982

O BRASIL TAMBÉM QUER MÃOS LIMPAS.



ARI VICENTINI/AE

A corrupção que existe aqui existe em outros países também. Só que aqui há a impunidade.

Conta para nós o que é "Operação Mãos Limpas".

É uma operação de juizes de Milão. Tem este nome porque é contra a sujeira e a corrupção. Trata-se de um número pequeno de juizes valentes, corajosos, competentes e inteligentes. Tenho que dizer corajosos porque a coragem é também física. A quantidade de mortos que as forças de ordem, os policiais, os juizes deixaram... Foram muitos. O que eles fizeram? Tentaram deslindar qual é a relação entre o mundo político e as empresas privadas e estatais, este triângulo. Embaixo do triângulo é que se move a criminalidade organizada. É isto que eles tentaram arrebentar.

O que está por trás do que dizem os jornais sobre o que se passa na Itália?

O que descobri é um horror. Por exemplo, descobri que a democracia italiana sempre foi uma democracia perneta, que nunca foi possível que os partidos de esquerda tomassem o poder. Não importava o sistema democrático formal que funcionasse, porque existia uma série de organizações clandestinas, preparadas para desencadear o terrorismo e o golpe se uma força de esquerda tomasse o poder, porque existia um aparato econômico pronto para a sabotagem total, a paralisia do país. Existiam forças externas, sobretudo dos EUA e da Otan, prontas para as piores violências, para bloquear esse governo de esquerda. O Partido Comunista Italiano, aparentemente, esteve à beira do poder. O que se descobriu com o processo Mãos Limpas é que isto era impossível de acontecer. E grande parte da justificativa para a corrupção é esta: as empresas, empresários e governo diziam precisar da corrupção para vencer o comunismo. Eles dizem: "Se nós não roubássemos, era impossível vencer o comunismo".

Mas aconteceu que com a queda do muro de Berlim começou a desagregação da idéia que dizia que temos que combater o inimigo externo, os tanques da União Soviética e o pacto de Varsóvia. Isto ajudou a deflagrar processos que, creio, serão inevitáveis também na França, Espanha e na própria Alemanha.

Corrupção: na Itália e no Brasil é (ou era) a mesma coisa? E o combate a ela? Aqui, tiramos Collor. Lá, fizeram muito mais: puseram os corruptos na cadeia. Mais de 4 mil pessoas foram investigadas pra valer. Empresários e políticos foram presos, houve suicídios, por causa da "Operação Mãos Limpas", que o jornalista brasileiro José Luiz del Roio tratou com extrema competência no livro *Itália, Operação Mãos Limpas*. E no Brasil, quando?, lançado pela Editora Ícone, em São Paulo. Roio veio ao Brasil para o Seminário Internacional *Operação Mãos Limpas - Corrupção e Democracia no Brasil e na Itália*, organizado pelo Núcleo de Estudos da Violência, da USP, e foi entrevistado pelo jornalista Hamilton Cardoso.

Como começou o processo Mãos Limpas na Itália?

Começou com a prisão de um diretor de uma casa de idosos que exigia dos fornecedores uma caixinha de 10%. O juiz conseguiu, a partir deste homem, preso com a mão na massa, subir lentamente até os máximos vértices do empresariado, das finanças e da política italiana. Mas eles tiveram instrumentos, e o instrumento fundamental que eles usaram foi a prisão preventiva. Puseram políticos e empresários na cadeia, não importava o tamanho que fossem. Como eles nunca esperavam ir para a cadeia, porque tinham a segurança da impunidade, a cadeia os fazia desmoronar rapidamente, quando confessavam. E eles confessaram, confessaram, confessaram... Hoje o processo global italiano conta com 5 mil imputados do mundo empresarial, boa parte do staff do governo, há 50 anos governando a Itália, e praticamente todos os vértices do mundo político.

Como funciona a corrupção na Itália?

Toda corrupção é muito complexa e eu só vou dar um quadro sintético, uma caricatura. E aqui você pode estabelecer a relação com o Brasil: quando a empresa, o grande grupo privado vai construir alguma coisa com o governo, chega o secretário que diz: "Você vai construir mas me dá dez por cento". E se o Sr. Odebrecht disse na Folha que a função da empresa é satisfazer o cliente, isto dá a entender que se o cli-

ente pede 10% ele tem que dar. Esta é a defesa dele, a única forma dele pegar o serviço. Ora, ele paga os dez por cento, faz o caixa dois e aumenta o preço. E o dinheiro, de quem sai? Sai do trabalhador, que é quem mais paga imposto, não é? Na época das eleições as empresas se movem para a eleição de seus candidatos.

E a relação que você estabeleceu com o Brasil?

Ora, primeiro porque eu sou brasileiro, só podia fazer isso. E porque acho o Brasil extraordinariamente diferente. Acho que o sistema de corrupção que existe no Brasil existe em outros países também, só que aqui ele é ligado ao problema da impunidade. Através da magistratura, das lutas populares, dos partidos políticos, nós conseguimos decapitar a cabeça do sistema de corrupção, mas ela não foi extirpada. Nós vemos que a impunidade campeia, ela tem um rabo chamado PC, mas seria até injusto concentrar tudo no PC, porque o que tem de PC por aí não deve estar no gipi. Se a gente corta este sistema de corrupção fica mais fácil lutar contra a impunidade generalizada.

Pois é: no Brasil tivemos o processo Collor que está aí complicado...

É exatamente nisto que eu insistia, e é necessário: pressão de massa, mobilização política e maiores instru-

mentos à magistratura brasileira, para a revisão do Código Penal.

Em seus contatos com os juizes brasileiros, o que o sr. tem sentido?

Um grande interesse. Tanto é que nos congressos, seminários, tivemos nomes importantes: juizes, advogados, penalistas, constitucionalistas, políticos, professores de direito, universitários... Há um grande interesse. Sem dúvida nenhuma eu creio que existe na magistratura brasileira setores e núcleos com muito interesse em fazer deste país um país viável, até mesmo porque a Itália passa por um processo perigosíssimo de tentativa de fragmentação estatal. Existe lá, inclusive, a possibilidade do país se fragmentar em norte, sul, centro... porque a corrupção faz com que o cidadão não respeite o Estado, não respeite o Parlamento. O Estado tem que mostrar que não é corrupto, que combate a corrupção, inclusive para manter a integridade da Federação. Senão todo mundo diz: "Ah, todo mundo é ladrão e eu não vou respeitar", ou então começam estas bobagens de tentar solucionar o problema dizendo que só o baiano é culpado e que o Rio Grande do Sul é certinho porque gaúcho não rouba. O paulista diz: "Se a gente fica sozinho, sem os outros..." Este negócio de jogar a culpa nos outros sempre aconteceu. Alguém, nunca eu, é culpado nesta história! Então o Estado começa perder a credibilidade e a atração e isto é muito perigoso porque coloca em risco a Federação.

Você acha possível uma Operação Mãos Limpas no Brasil?

Eu desejo. Meu livro se chama *Itália, Operação Mãos Limpas*. E no Brasil, quando? Acho que no mundo político, na magistratura brasileira e, felizmente, entre as massas, existe uma vontade de Mãos Limpas. Os juizes italianos tiveram instrumentos legais, penais...

E o Brasil, tem instrumentos?

Acho que tem. Um exemplo: Denise Frossard, juíza que consegue golpear o jogo do bicho. Extremamente corajosa e respeitável. Mas são instrumentos frágeis. Na Itália existe a prisão preventiva para o corrupto. Nós aqui temos dificuldades para isto. Acho que a revisão penal brasileira deveria ser mais

rigorosa contra a impunidade. Por ser um homem de esquerda fica difícil para mim pedir medidas mais severas mas, sem dúvida nenhuma, precisamos de leis e instrumentos mais severos. Não podemos permitir que corruptos escapem apenas porque têm bons advogados.

Quais as nossas possibilidades de deflagrar uma Operação Mãos Limpas?

Olha, são três: mobilização popular, mobilização política e os instrumentos penais. É disto que precisamos, mais ou menos como na época do Collor, grandes mobilizações. Precisamos também de uma imprensa muito combativa e que investigue.

Além dos juizes, quem mais jogou um papel importante no processo Mãos Limpas?

Sem dúvida nenhuma os políticos, políticos italianos que combateram duramente contra a corrupção. Por isto, quando a gente diz corrupção dos políticos, temos que tomar muito cuidado porque tem político corrupto e político que combate duramente a corrupção.



EO BRASIL
ARRASA A BOLÍVIA
COM MEIA-DÓZIA
DE DETALHES!!!



BRASIL AGORA

SE A PAULADA QUE O
FHC PROMETE DAR NA
INFLAÇÃO FOR A MESMA QUE
ELE DEU NOS SALÁRIOS, NÃO
HÁ DÓVIDAS: ELA
ACABA
MESMO!

